

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DOUGLAS DE QUADROS ROCHA

**A POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA O MAR NEGRO:
O AVANÇO EURO-ATLÂNTICO E A CRISE UCRANIANA DE 2014**

Porto Alegre

2018

DOUGLAS DE QUADROS ROCHA

**A POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA O MAR NEGRO:
O AVANÇO EURO-ATLÂNTICO E A CRISE UCRANIANA DE 2014**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Rocha, Douglas de Quadros

A política externa russa para o Mar Negro: o avanço euro-atlântico e a Crise Ucraniana de 2014 / Douglas de Quadros Rocha. -- 2018.

78 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Rússia. 2. Política Externa Russa. 3. OTAN. 4.
Crise Ucraniana. 5. Mar Negro. I. Visentini, Paulo
Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

DOUGLAS DE QUADROS ROCHA

**A POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA O MAR NEGRO:
O AVANÇO EURO-ATLÂNTICO E A CRISE UCRANIANA DE 2014**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 11 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Dr. Gabriel Pessin Adam
UNISINOS

*À minha Mãe, Cláudia, companheira e motivadora durante a
realização deste sonho, construído em conjunto desde o
primeiro momento.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil e ao povo brasileiro que financiaram meus estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), exemplo de ensino público, gratuito e de qualidade, da qual tenho orgulho de ter feito parte. Frente aos retrocessos que se avizinham, é na educação que encontro meu refúgio. Neste sentido, agradeço ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), na pessoa de meu orientador, Prof. Dr. Paulo Visentini, por ter me oferecido a oportunidade de desenvolver o gosto pelas relações internacionais e de aprender a compreender o mundo sob um olhar crítico, longe das visões maniqueístas que muitas vezes predominam. Agradeço também à Profa. Dra. Analúcia Pereira pela orientação no início desta caminhada acadêmica, e aos meus colegas de NERINT pelos mais de três anos de companheirismo.

Cada palavra escrita nestas páginas representa uma pequena fração de uma miríade de lembranças e aprendizados que me trouxeram até este momento. Gostaria de agradecer aos meus colegas e amigos da Turma 11, a quem tenho o maior orgulho e admiração por cada um e uma, pelas pessoas e profissionais brilhantes que são. Em especial, agradeço aos meus amigos e confidentes que compartilharam este processo de amadurecimento conjunto desde o primeiro ano da graduação: Aryanne Rocha, Catharina Becker, Bruno Ronchi, Victor Abreu, Isabela Júlio, Samuel Machado, Tobias Carvalho, João Otávio Cadore, Iasmini Nardi, Ricardo Pechansky e Rodrigo Heck. Estes cinco anos tiveram seus nomes e feições e não teriam sido os mesmos sem a presença de vocês. Agradeço àqueles que tive a sorte de cruzar ao longo destes anos, ou que estiveram presentes desde muito antes: Juliana Melo, Brandy Aguiar, Jean Vargas, Gabriel Machado, Mariana Mattos, Luiza Guindani, Enzo Gonçalves, Isabela Costa, Bárbara Abreu. Que a vida seja generosa com vocês assim como foi comigo ao cruzar nossas vidas: obrigado!

Por fim gostaria de agradecer aos meus pais, Cláudia de Quadros e Osvaldo Rocha, pelo apoio incondicional e pelo incentivo em cada momento, sobretudo naqueles mais difíceis. Este sonho foi construído em conjunto, e sem os braços abertos de vocês, tenho certeza de que teria sido um caminho árduo. Em especial, agradeço a esta mulher que tenho orgulho de chamar de Mãe, minha maior companheira em todos os momentos, a quem devo minha vida e a quem recorro sempre que a frustração e a incerteza parecem dominar: meu mais profundo obrigado. Não poderia ter mais orgulho de tê-los ao meu lado, hoje e sempre.

“Deve haver uma outra causa, nobre e suprema. E essa causa é o sentimento raramente manifesto, habitante íntimo do peito de cada russo: – o amor à pátria”.

Sebastopol – Leon Tolstói (1944).

“As pedras e os blocos de concreto do Muro de Berlim têm sido distribuídos há tempos como *souvenires*. Mas não devemos esquecer que a queda do Muro de Berlim foi possível graças a uma decisão histórica – que também foi feita pelo nosso povo, o povo da Rússia – uma escolha em favor da democracia, liberdade, franqueza e uma parceria sincera com todos os membros da grande família europeia”.

Vladimir Putin (2007)

RESUMO

O presente trabalho analisa de que maneira as percepções russas em relação ao Ocidente interferiram na mudança da política externa da Rússia para a região do Mar Negro, e como a Crise Ucraniana de 2014 se inseriu neste processo. Entende-se que a maior assertividade da Rússia na região do Mar Negro foi o resultado da mudança nas relações intersubjetivas entre Moscou e o Ocidente, representado pelas instituições euro-atlânticas (OTAN e União Europeia). Argumenta-se, através de uma abordagem multicausal, que o avanço euro-atlântico em direção aos países do antigo espaço soviético impôs constrangimentos aos interesses russos na região, considerada por Moscou como sua esfera natural de influência, o que desencadeou enfim a Crise Ucraniana de 2014, ponto de inflexão nas relações do continente. Como consequência, os desdobramentos na Ucrânia e a assertividade da Rússia resultaram no recrudescimento da presença militar da OTAN no flanco oriental da aliança e um maior envolvimento no Mar Negro, região até então relegada a segundo plano pela instituição. Assim, as mudanças regionais configuram o Mar Negro como uma das principais áreas de confrontação entre os interesses políticos, econômicos e militares da Rússia e das instituições euro-atlânticas.

Palavras-chave: Rússia. Política Externa Russa. OTAN. Crise Ucraniana. Mar Negro.

ABSTRACT

This paper analyzes how Russian perceptions of the West interfered in the change of Russia's foreign policy towards the Black Sea region, and how the Ukrainian Crisis of 2014 was inserted in this process. It is argued that Russia's greater assertiveness in the Black Sea region was the result of the shift in the intersubjective relations between Moscow and the West, represented by Euro-Atlantic institutions (NATO and European Union). It is maintained, through a multi-causal approach, that the Euro-Atlantic advance towards the states of the Former Soviet Space imposed constraints on Russian interests in the region, considered by Moscow as its natural sphere of influence, which finally triggered the Ukrainian Crisis of 2014, a turning point in the continent's relations. As a result, the unfolding in Ukraine and Russia's military assertiveness have resulted in the resurgence of NATO's military presence on the Eastern flank of the alliance and increased involvement in the Black Sea, a region formerly relegated by the institution. Thus, regional changes shape the Black Sea as one of the main areas of confrontation between Russia's political, economic and military interests and Euro-Atlantic institutions' ones.

Keywords: Russia. Russian Foreign Policy. NATO. Ukrainian Crisis. Black Sea.

RÉSUMÉ

Ce document analyse comment les perceptions russes de l'Occident sont intervenues dans le changement de politique étrangère de la Russie à l'égard de la région de la mer Noire, et comment la Crise Ukrainienne de 2014 est liée dans ce processus. Il est soutenu que l'affirmation accrue de la Russie dans la région pontique a été le résultat de l'évolution des relations intersubjectives entre Moscou et l'Occident, représenté par les institutions euro-atlantiques (l'OTAN et l'Union Européenne). Selon une approche multi-causale, on avance que l'avancée euro-atlantique vers les états de l'ancien espace soviétique a imposé des contraintes aux intérêts russes dans la région, considérée par Moscou comme sa sphère naturelle d'intérêt, aboutissant finalement à la Crise Ukrainienne de 2014, point de bouleversement dans les relations du continent. En conséquence, les déploiements en Ukraine et l'affirmation militaire de la Russie ont entraîné une résurgence de la présence militaire de l'OTAN sur le flanc est de l'Alliance, et une implication accrue dans la mer Noire, région autrefois reléguée au second plan par l'institution. Ainsi, les changements régionaux font de la mer Noire l'un des principaux points de confrontation entre les intérêts politiques, économiques et militaires de la Russie et lesquels de l'institutions euro-atlantiques.

Mots-clés: Russie. Politique Étrangère Russe. OTAN. Crise Ukrainienne. Mer Noire.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Ganhos territoriais da República Socialista Soviética (RSS) da Ucrânia, 1939-54.... 38
- Figura 2 – “Conflitos congelados” na região do Mar Negro..... 52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEI	Comunidade dos Estados Independentes
EUA	Estados Unidos da América
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação da Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
PEV	Política Europeia de Vizinhança
UE	União Europeia
UEE	União Económica Euroasiática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	BASES DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA NO PÓS-GUERRA FRIA	16
2.1	A DISPUTA PELA DEFINIÇÃO DO INTERESSE NACIONAL RUSSO.....	17
2.2	O OCIDENTE E A MUDANÇA DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA NO SÉCULO XXI	
2.3	DEFESA DA “PÁTRIA MÃE” E AS DIRETRIZES DE UMA POLÍTICA EXTERNA CIVILIZACIONAL	24
3	A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA UCRÂNIA NA GEOPOLÍTICA EUROASIÁTICA	30
3.1	A CENTRALIDADE DA UCRÂNIA NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA	30
3.2	A IDENTIDADE NACIONAL UCRANIANA E A EMBLEMÁTICA REVOLUÇÃO LARANJA	34
3.3	A CRISE UCRANIANA DE 2014 E A DISPUTA ENTRE RÚSSIA E O OCIDENTE ...	41
4	A POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA O MAR NEGRO FACE À EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES EURO-ATLÂNTICAS	48
4.1	OS “CONFLITOS CONGELADOS” COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA	49
4.2	CRIMEIA COMO PLATAFORMA DE PROJEÇÃO DE PODER RUSSO NA REGIÃO	54
4.3	RESPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES EURO-ATLÂNTICAS FACE À RÚSSIA NO MAR NEGRO	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a Eurásia foi o grande palco da disputa entre diversas civilizações que ascenderam e tiveram seu ocaso, uma após a outra. Ocupando boa parte do vasto território continental, a Rússia figura como a potência euroasiática por excelência, fruto da mistura de culturas, etnias e religiões de todas as regiões adjacentes. Apesar de ser um Estado altamente multicultural, a Rússia percebe-se como pertencente a uma civilização aparte, distinta dos demais povos que a circundam e naturalmente destinada ao posto de grande potência, a “Terceira Roma” (TSYGANKOV, 2016). Analisar a política externa da Rússia requer ter em mente esta imagem que tem de si mesma, como ator essencial para a manutenção da ordem mundial, seja em termos políticos, econômicos ou culturais. O pensamento político da Rússia carrega consigo um grande caráter universalista, que transcende o simples cálculo estratégico, e que teve na Revolução de 1917 e na ideologia comunista o seu melhor exemplo. Conforme o historiador e demógrafo francês, Emmanuel Todd (2003, p. 182, tradução nossa), o “[...] comunismo afirmou-se como uma doutrina universal oferecida ao mundo” e “[e]sta abordagem universalista permitiu a transformação do Império Russo em União Soviética”. Um século mais tarde, a Eurásia mais uma vez torna-se palco de disputas pelo seu controle entre dois atores importantes na ordem mundial: a Rússia e o conjunto de grandes potências do Ocidente.

A política externa da Rússia no século XXI demonstra a reemergência deste grande ator no sistema internacional, após a crise aguda dos anos 1990 na esteira da dissolução da União Soviética (URSS) (VISENTINI, 2017). Considerando-se os grandes vencedores da Guerra Fria, a superpotência estadunidense e seus aliados europeus desfrutaram de liberdade para expandir a influência ocidental através do globo, sobretudo com o fortalecimento das instituições euro-atlânticas, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE). No entanto, a recuperação da Rússia no continente euroasiático acabou por colidir com as ambições ocidentais, a partir da tentativa russa de readquirir seu prestígio, poder e influência sobre as regiões que antes lhe fizeram parte (TSYGANKOV, 2016). Desta maneira, as relações políticas, econômicas e identitárias entre a Rússia e o Ocidente demonstram a complexidade das percepções acerca do Outro, principalmente em relação ao reconhecimento mútuo como atores importantes e essenciais para a ordem mundial (TSYGANKOV, 2015). Assim, as relações intersubjetivas entre a Rússia e o Ocidente têm influenciado nas bases da política externa russa, a

qual tem se caracterizado cada vez mais pela assertividade internacional, em resposta à crescente hostilidade do Ocidente em relação à Moscou.

A animosidade contemporânea entre a Rússia e o Ocidente tem como pano de fundo a disputa no continente europeu, transferida do centro da Europa para a Europa Oriental e as antigas repúblicas soviéticas. Em uma linha que se estende do Mar Báltico até o Mar Negro, tais atores disputam a influência sobre os Estados da região, através do avanço tanto da OTAN quanto da UE em direção ao Leste. A Crise Ucraniana de 2014 é o ponto crítico deste processo de acirramento internacional, representando um marco não só nas relações entre a Rússia e o Ocidente, mas nas relações internacionais entre potências do continente. Intensificado pelos acontecimentos de 2014, o Mar Negro se constitui como o ponto de atrito mais recente entre a Rússia e as instituições euro-atlânticas, em que pese a expansão política e militar da OTAN, UE e da própria Rússia na região (DELANOË, 2014c). Confirmadas nas últimas reuniões da OTAN em Varsóvia (2016) e Bruxelas (2018), a fronteira Leste das instituições euro-atlânticas, entre o Mar Báltico e o Mar Negro, será o novo palco da disputa pela preponderância no continente europeu.

Neste contexto, toma-se o seguinte questionamento como problema de pesquisa: de que maneira as percepções russas em relação ao Ocidente interferiram na mudança da política externa da Rússia para a região do Mar Negro, e como a Crise Ucraniana de 2014 se insere neste processo. Entende-se que a maior assertividade da Rússia na região do Mar Negro é o resultado da mudança nas relações intersubjetivas entre Moscou e o Ocidente, representado pelas instituições euro-atlânticas (OTAN e União Europeia). Desde o fim da Guerra Fria, a política externa da jovem Federação Russa passou por uma série de transformações, condicionadas pelo próprio reordenamento do sistema internacional. É a partir disto que este trabalho se propõe a alcançar o objetivo geral, qual seja, identificar e analisar os fatores que levaram à mudança da política externa russa para o Mar Negro e como a Crise Ucraniana de 2014 se insere neste processo; além dos seguintes objetivos específicos:

- a) analisar de que forma as relações com o Ocidente influenciaram na definição do interesse nacional russo, e consequentemente, nas bases da política externa da Rússia do pós-Guerra Fria;

- b) identificar quais são os motivos pelos quais a Ucrânia adquire importância estratégica na disputa em curso entre a Rússia e as instituições euro-atlânticas (OTAN e UE);
- c) compreender de que maneira a Crise Ucraniana de 2014 se insere na atual assertividade da política externa da Rússia face ao avanço euro-atlântico no Mar Negro.

A compreensão do sistema internacional atual impõe uma série de desafios para acadêmicos e lideranças mundiais, mesmo após duas décadas desde o fim da Guerra Fria. O século XXI mostra-se assim como um período de constantes mudanças no sistema internacional, em uma velocidade cada vez maior e que carece de uma ordem estruturante tal como a bipolaridade do período anterior. Dado os últimos eventos envolvendo a Rússia, caracterizados por uma maior assertividade, o país tem sido alvo de interpretações muitas vezes simplórias, as quais prejudicam uma análise profunda e honesta sobre a política externa russa. Desta forma, a escolha do presente tema é justificada pela tentativa de afastar visões maniqueístas herdadas do período da Guerra Fria e propor a reflexão justamente de uma ordem mundial mais estável que seja capaz de integrar os principais polos de poder do sistema internacional. A construção de uma nova ordem mundial e de uma Europa estável em termos securitários passa, em grande medida, pelas bases das relações entre o Ocidente e Moscou. Conforme a experiência histórica demonstra, a Rússia foi um dos pilares das ordens europeias e mundiais anteriores.

A fim de responder o questionamento inicial e cumprir os objetivos aqui propostos, torna-se necessária uma análise ampla de caráter exploratório, que forneça os elementos necessários para a compreensão do fenômeno internacional em questão, e aprofunde os conhecimentos relativos ao tema. Dado que a realidade é intrinsecamente complexa, o exercício de análise deve levar em consideração uma série de fatores e abordagens teóricas que expandam o alcance da compreensão acerca do objeto do presente trabalho (PECEQUILO, 2010). Neste sentido, optou-se pela análise multicausal, isto é, parte-se da concepção de que um fenômeno internacional não pode ser simplificado a uma única causa, mas sim como o resultado da inter-relação de diversas. Considerações materiais e estruturais, como capacidades militares e a geopolítica, podem ser complementadas com considerações no nível do agente, como aspectos identitários e culturais. Desta maneira, as teorias do construtivismo convencional e do neorrealismo serão privilegiadas como base teórica justamente com o intuito apontar as principais contribuições que cada uma é

capaz de fornecer para a compreensão do presente objeto, sem que uma se sobreponha a outra. Tal complementariedade será feita através da revisão bibliográfica de fontes secundárias especializadas no tema, além da análise de documentos e discursos oficiais dos três atores envolvidos: Federação Russa, OTAN e UE.

Assim, o presente trabalho está dividido em três capítulos, em que cabe o desenvolvimento do problema, além desta introdução para contextualização, e das considerações finais. O primeiro capítulo do desenvolvimento busca analisar de que maneira se deram as transformações nas bases da política externa da Rússia a partir do fim da Guerra Fria. Neste sentido, faz-se necessário também compreender a centralidade que o Ocidente adquire na formulação da política externa da Rússia, sobretudo nas atuais transformações pelas quais ela passa, tornando-se mais assertiva e com tendências “civilizatórias”.

O segundo capítulo tem como centro a Ucrânia e procura compreender em um primeiro momento a centralidade estratégica deste Estado na política externa da Rússia em termos políticos, econômicos e identitários. Em seguida, busca-se analisar a trajetória histórica da Ucrânia nos marcos da disputa euroasiática entre a Rússia e as instituições euro-atlânticas, cujo ponto crítico pode ser identificado na Crise Ucraniana de 2014 e os desdobramentos na Crimeia e nas repúblicas separatistas do Leste.

Por último, o terceiro capítulo busca analisar de que forma a Crise Ucraniana se enquadra na política externa da Rússia para o Mar Negro e a atual disputa com as instituições euro-atlânticas pelo controle da região. Primeiramente, faz-se necessário identificar as características desta política externa da Rússia na região do Mar Negro, e após, relacionar com as respostas político-militares da OTAN e da UE na tentativa de balancear a crescente assertividade russa.

2 BASES DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA NO PÓS-GUERRA FRIA¹

Desde o fim da Guerra Fria e a consequente dissolução da URSS, a Rússia passou por um processo de adaptação de sua política externa com o objetivo de se enquadrar aos novos condicionantes do sistema internacional. O século XXI acrescentou uma série de mudanças na estrutura da ordem mundial, com a emergência de novos polos de poder face às tradicionais grandes potências ocidentais, tendendo à estruturação de uma multipolaridade. Foi neste contexto que a jovem Federação Russa buscou formas de se inserir novamente no complexo jogo das grandes potências, contudo fragilizada após a perda do *status* de superpotência desfrutada pela URSS durante a Guerra Fria. Novos questionamentos a respeito desta inserção foram levantados, relacionados às bases da nova política externa da Rússia e de seus respectivos interesses nacionais.

Em paralelo a este processo, grupos de poder internos da sociedade russa iniciaram uma disputa pelo controle do modo que se daria a inserção internacional da jovem Federação Russa. Face a discursos identitários divergentes coadunados com interesses também conflitantes, os anos posteriores ao fim da Guerra Fria foram marcados pela ascensão e queda de tais grupos de poder, que aplicaram suas próprias concepções, e logo foram substituídos por outros da mesma forma. A eleição de Vladimir Putin para presidente em 2000 representou um marco neste processo pela consolidação de um discurso identitário e de um projeto de política externa para a inserção internacional da Rússia no sistema internacional contemporâneo.

Com vistas a compreender de que maneira as concepções identitárias e as percepções em relação ao Ocidente influenciaram na formulação da política externa da Rússia, o presente capítulo apresenta em um primeiro momento as disputas entre grupos políticos internos pela definição da identidade estatal e dos interesses nacionais da Rússia. Em um segundo momento, é analisado o processo de formulação da política externa da Rússia a partir das relações e percepções acerca do Ocidente, o qual adquire centralidade como principal referencial externo. Em um último momento, considerações sobre a atual política externa da Rússia são feitas buscando apresentar as bases para a compreensão de seus desdobramentos no plano internacional desde 2012.

¹ Este capítulo foi apresentado como parte de um artigo intitulado “A Inserção Internacional da Rússia no Século XXI: bases de uma política externa autônoma face ao Ocidente”, no IX Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais em 8 set. 2018.

2.1 A DISPUTA PELA DEFINIÇÃO DO INTERESSE NACIONAL RUSSO

A dissolução da URSS em 1991 representou um grande choque para o sistema internacional. Os eventos que se seguiram demonstraram um reordenamento estrutural das relações internacionais até então vigentes, baseadas na bipolaridade entre dois sistemas políticos, econômicos e sociais distintos e concorrentes, o capitalismo e o comunismo. O desaparecimento da URSS e o surgimento de novos países independentes na antiga área gerou um novo equilíbrio de forças na Eurásia, em um que território esteve sob o controle da Rússia desde o século XVII aproximadamente (BRZEZINSKI, 1997; MANKOFF, 2009). A década de 1990 evidenciou a supremacia do Ocidente no mundo, mas principalmente de seu líder, os Estados Unidos (EUA), o qual pôde usufruir de certa unipolaridade em suas ações internacionais. A guerra do Golfo, e logo após na Iugoslávia, demonstraram o novo ordenamento de forças em excessiva vantagem para os EUA e seus aliados europeus frente a uma jovem Federação Russa que buscava consolidar-se como Estado e deixar seu histórico soviético no passado (TSYGANKOV, 2016). A percepção de uma Rússia imponente e incisiva em suas ações internacionais como uma grande potência indispensável na ordem mundial, fortalecida ao longo dos séculos, foi drasticamente afetada após 1991, uma vez que a Rússia se encontrava cada vez mais alienada e pequena frente aos demais Estados (MANKOFF, 2009).

Os anos que se seguiram aos eventos de 1991 podem ser considerados como um período de extrema fragilidade e de catástrofe para a sociedade russa. A década de 1990 como um todo foi sinônimo de desestruturação da sociedade russa em termos econômicos, políticos e sociais: as medidas de choque para a implementação da economia de mercado geraram uma massa de desempregados até então inexistente no sistema socialista que, somados à elevada violência e criminalidade do período, resultaram no enfraquecimento do controle estatal russo face à casos de separatismo e insubordinação regional (MANKOFF, 2009). Após cerca de setenta anos de experiência comunista, a sociedade da nova Federação Russa se deparou com a negação de seu passado soviético, dada a derrota da Guerra Fria, e com a necessidade de reestruturar a sua identidade nacional sobre novas bases em um contexto de extrema crise (HANSEN, 2016; TSYGANKOV, 2007).

O período do pós-Guerra Fria foi pautado pelo processo de definição da identidade nacional e, conseqüentemente, dos interesses nacionais da Rússia para a sua inserção na nova ordem mundial. Desta forma, é imprescindível reconhecer a existência da relação estreita entre a identidade russa e a estratégia adotada pelo Estado no plano internacional (HOPF, 1998; 2005; JEPPEPERSON; WENDT; KATZENSTEIN, 1996; TSYGANKOV, 2016). Partindo da abordagem construtivista, as ações dos atores são conseqüências das relações intersubjetivas entre unidades no interior de um contexto social específico. O processo agente-estrutura se desenvolve através de ações e entendimentos intersubjetivos, os quais estão condicionados por um conjunto de práticas e normas desenvolvidas costumeiramente acerca do Outro. Assim, a identidade estatal e os interesses securitários são moldados por percepções internas e externas que estabelecem um certo padrão comportamental do Estado e garantem certa normatividade e previsibilidade em suas relações internacionais (HOPF, 1998; JEPPEPERSON; WENDT; KATZENSTEIN, 1996). A formação da identidade estatal seria assim um processo complexo entre o social interno e o social externo, conforme resume Ted Hopf (2005):

[...] identidade estatal, interesses, e entendimentos do comportamento legítimo internacional, é um produto social. **Mas é um produto que é resultado das interações do Estado com sua própria sociedade e com outros Estados.** Assim sendo, é uma variável, sujeita à influência igualmente doméstica e internacional. Isso significa que Outros significantes internacionais podem gerar mudanças na identidade do Estado, agindo dentro dos constrangimentos daquele terreno identitário doméstico² (HOPF, 2005, p. 227, tradução nossa, grifo nosso).

O processo de definição da variável identidade estatal é diretamente influenciado pelo *Outro Significativo*, o que significa que a definição da identidade, de si mesmo (*Self*), é um processo em relação a outros atores em um contexto social específico e construído ao longo do tempo. No caso da Rússia, por exemplo, há o *Outro Histórico* representado pelo passado soviético, o *Outro Externo* representado pelo Ocidente (EUA e UE), e o *Outro Interno* representado pelo Antigo Espaço Soviético e a sociedade russa (HOPF, 2005).

Tal processo de definição identitária em torno dos interesses nacionais engendrou uma disputa no interior da sociedade russa entre grupos políticos com características e projetos

² No original: “[...] a state's identity, and so interests, and understandings of legitimate international behaviour, is a social product. But it is a product that is the result of a state's interactions both with its own society and with other states. As such, it is a variable, subject to both domestic and international influence. This means significant international others can effect changes in a state's identity, working within the constraints of that state's domestic identity terrain” (HOPF, 2005, p. 227).

distintos. Ted Hopf (2005; 2016) e Andrei Tsygankov (2016) identificam três principais grupos: os *Liberais-Occidentalistas*, os *Centristas-Estadistas* e os *Conservadores-Civilizacionistas*. Cada grupo possui uma definição própria da identidade russa e um certo padrão de comportamento internacional considerados ideais para a inserção internacional da Rússia no pós-Guerra Fria, indo do alinhamento até a completa oposição ao Ocidente. O que fica claro a partir das interpretações dos autores é a centralidade que o Ocidente, o Outro Externo, adquire como parâmetro e referência. É vis-à-vis o Ocidente que cada grupo político elabora seus próprios discursos e atitudes, tanto em nível internacional como até mesmo em nível doméstico, ao advogar pela defesa de determinados valores e práticas culturais (HOPF, 2005; MANKOFF, 2009; TSYGANKOV, 2016). Percebe-se desta forma uma forte relação de duplo sentido entre o Outro Externo (Ocidente) e o Outro Interno (sociedade russa), o que corrobora a visão construtivista sobre política externa (HOPF, 2015).

O primeiro destes grupos, os *Liberais-Occidentalistas*, defende um discurso de identificação com o Ocidente e os EUA, privilegiando a economia de mercado, a democracia liberal e o individualismo como base para a sociedade (HOPF, 2005). Em termos de política externa, são favoráveis ao alinhamento aos EUA e às organizações internacionais como forma de inserção e reconhecimento internacional no pós-Guerra Fria, sob uma ordem liberal superior (HOPF, 2015; TSYGANKOV, 2016). De acordo com os liberais-occidentalistas, a Rússia deveria desempenhar o papel de fornecedora de produtos primários para as economias ocidentais, principalmente hidrocarbonetos como gás e petróleo, privilegiando suas vantagens comparativas (MANKOFF, 2009). Os principais expoentes deste grupo foram Boris Yeltsin e seu primeiro-ministro Nikolai Kozyrev, os quais comandaram a Rússia logo após 1991, com o objetivo de adequar o país aos ideais ocidentais para integrar a Rússia ao clube de Estados do Ocidente (HANSEN, 2016).

O segundo grupo, os *Conservadores-Civilizacionistas*, difere diametralmente do primeiro, defendendo um discurso de exaltação do passado soviético, da cultura eslava e comunista, além da ideia em torno da singularidade histórica, cultural e civilizacional da Rússia na Eurásia (HOPF, 2005). Em termos domésticos, procuram defender os valores e práticas da religião ortodoxa na sociedade e acreditam que a manutenção de uma economia centralizada e fortemente alicerçada no Estado seja o ideal para o desenvolvimento da Rússia no mundo. Em termos de política externa, são favoráveis a um forte balanceamento estratégico-militar contra o Ocidente e

os EUA, de tendência realista e ofensiva (TSYGANKOV, 2016). Tal discurso foi exposto principalmente com Yevgeny Primakov, primeiro-ministro nos anos 1990, cujo governo foi caracterizado pelo balanceamento em relação ao Ocidente e de priorização das relações com o antigo espaço soviético.

Por último, os *Centristas-Estadistas* são considerados uma síntese moderada dos dois grupos anteriores. Este grupo defende um discurso de reconhecimento das conquistas soviéticas, de valorização do Estado russo como ator importante na sociedade russa, e estão associados a social democracia europeia sob valores multiculturais (HOPF, 2005). No entanto, reconhecem a necessidade de empreender reformas progressivas na Rússia para adequá-la à economia de mercado e, em última instância, promover o desenvolvimento da economia e da sociedade russa. Em termos de política externa, há o reconhecimento da importância histórica da Rússia como grande potência no sistema internacional, atribuída de direitos e deveres condizentes com sua posição e estabelecendo relações com o Ocidente de forma estritamente pragmática e alinhada aos interesses nacionais russos (TSYGANKOV, 2016). O grande expoente deste grupo é Vladimir Putin, líder da Rússia desde 2000 e figura que representa a vitória deste terceiro grupo na disputa pela definição do interesse nacional russo e do projeto de inserção internacional do país.

No entanto, conforme Brzezinski (1997), Mankoff (2009) e Tsygankov (2016) afirmam, a dissolução da URSS em 1991 foi um evento de tamanho trauma que a Rússia tem encontrado dificuldades para definir sua própria identidade nacional para além de seu passado soviético. Apesar da aparente vitória do grupo dos centristas-estatistas a partir da eleição de Putin para presidente em 2000, o processo de definição identitária da sociedade russa ainda se desenrola, com avanços e retrocessos, ao longo dos anos mais recentes do século XXI (MANKOFF, 2009). Devido às dimensões continentais, a Rússia ocupa uma grande massa territorial no coração da Eurásia, dividida como uma ponte entre a Europa e a Ásia. Tal característica coloca em questão outro ponto importante que ainda permanece indefinido, qual seja: a identificação com a cultura ocidental, sobretudo europeia, ou com a cultura asiática das estepes (HOPF, 2005; TSYGANKOV, 2016).

2.2 O OCIDENTE E A MUDANÇA DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA NO SÉCULO XXI

Ao longo da história da Rússia, desde o império czarista, o Ocidente desempenhou um papel importante como ponto de referência para o desenvolvimento nacional russo e sua atuação no sistema internacional (MANKOFF, 2009). No entanto, a concepção do Ocidente ao longo da história russa oscilou sob um espectro entre uma percepção favorável, associando-o ao progresso e à modernidade, e uma percepção antagônica, associando-o ao conflito e degradação civilizacional (TSYGANKOV, 2007). É possível identificar tais posições durante os reinados de Pedro, o Grande e Alexandre II, que possuíam uma posição favorável em relação ao Ocidente; e durante os governos comunistas no século XX, sobretudo com Lênin e Stálin, quando o Ocidente passou a ser percebido de forma antagônica ao sistema comunista (TSYGANKOV, 2007). Apesar destas oscilações nas percepções, o Ocidente permaneceu como referencial em relação ao qual a Rússia tomou decisões domésticas e internacionais (MANKOFF, 2009; TSYGANKOV, 2007; 2016).

O Ocidente pode ser percebido como o Outro Significativo ou, de acordo com Hopf (2005), o Outro Externo. Para além de concepções estáticas, as relações e as percepções entre o Eu (*Self*) e o Outro se dão através de um processo condicionado pelo tempo e pelo espaço (TSYGANKOV, 2007). Dado que é um processo, dispõe de dinamicidade e está propenso a avanços e retrocessos ao longo do tempo. A partir disto, as percepções entre a Rússia e o Ocidente são mutuamente influentes nas ações e nos papéis a serem desempenhados por cada um destes agentes no plano internacional (TSYGANKOV, 2016). Desta forma, o Ocidente (Outro Externo) influencia o comportamento e a própria política externa da Rússia no sistema internacional em termos políticos, econômicos e securitários. No entanto, cabe destacar que o conceito de Ocidente não pode ser generalizado, como se não houvesse diferenças entre as percepções russas em relação à Europa e aos EUA (HOPF, 2005). Apesar de pertencerem ao Ocidente, Hopf (2005) identifica comportamentos distintos para cada um dos Outros Externos (Europa e EUA), sendo a Rússia mais amistosa em relação à Europa que em relação aos EUA.

Ainda de acordo com Hopf (2005), para cada um destes agentes, a Rússia apresenta uma identidade de grande potência distinta, com efeitos distintos na própria sociedade doméstica russa e nos três grupos políticos que competem em torno dos discursos identitários. Paralelamente, esta diferença nas percepções gera, como já mencionado, ações de política externa distintas quando se

comparam as relações entre a Rússia e os países europeus – sobretudo Alemanha – e aquelas entre a Rússia e os EUA. A justificativa para esta diferenciação estaria na proximidade e autopercepção da identidade russa com a Europa em termos civilizacionais, históricos e políticos. A Rússia percebe assim os países europeus como pertencentes a uma identidade compartilhada, sendo ela mesma uma legítima grande potência europeia (HOPF, 2005; 2016; MANKOFF, 2009; TSYGANKOV, 2007). Já com os EUA, por outro lado, as relações são baseadas em considerações pragmáticas referentes a temas de segurança internacional nos mesmos quadros do período da Guerra Fria, não tendo nenhuma relação intersubjetiva identitária, apenas relações oficiais e instrumentais (HOPF, 2005).

Cada percepção em relação aos Outros significativos acaba por fortalecer determinados grupos políticos, seus respectivos discursos identitários que, em última instância, adquirem certa legitimidade e apoio dentro da sociedade doméstica (HOPF, 2005). Na relação entre o Outro Externo (Ocidente) e o Outro Interno (sociedade doméstica), a Rússia apresentou desde o fim da URSS etapas sucessivas em que tais grupos emergiram, implementaram sua identidade estatal e diretrizes de política externa, e experimentaram a decadência. Diversos autores que lidam com o tema (HANSEN, 2016; HOPF, 2005; 2016; MANKOFF, 2009; TSYGANKOV, 2007; 2016) identificam a mesma série de etapas nas diretrizes da política externa russa alinhadas ao grupo político preponderante. De forma simplificada, a política externa da Rússia passou por três etapas: (1) uma primeira etapa neoliberal no início dos anos 1990 com os liberais-ocidentalistas; (2) seguida de uma reação conservadora e nacionalista na segunda metade da década de 1990 com os conservadores-civilizacionistas; e (3) a mais recente e atual etapa iniciada no início do século XXI com a eleição de Vladimir Putin, em que os centristas-estatistas tem comandado as diretrizes da política externa russa, mesmo durante o interim de Dmitri Medvedev. O que se percebe ao longo destas etapas são os avanços e retrocessos nas relações com o Ocidente e a centralidade destas relações na política externa russa.

A primeira etapa representa o período logo após a dissolução da URSS, sob o governo de Yeltsin e seu primeiro-ministro Kozyrev, pautado sobretudo pela vitória dos liberais favoráveis ao Ocidente. Como dito anteriormente, os liberais-ocidentalistas priorizaram exclusivamente as relações com os EUA e a Europa: o Ocidente. Partindo da esperança de que a Rússia seria aceita e incluída na comunidade ocidental em condição de igualdade com os demais Estados, Yeltsin se empenhou em participar e apoiar as principais organizações multilaterais como Organização das

Nações Unidas (ONU), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e o Conselho da Europa (ADAM, 2013; HOPF, 2005). No plano securitário, alienou os recursos militares e a autonomia internacional da Rússia, incentivando o desengajamento do antigo espaço soviético, com o intento de ingressar na OTAN (TSYGANKOV, 2007). Esta etapa foi marcada pelas “medidas de choque” neoliberais e pelo enfraquecimento da Rússia como polo de poder do sistema internacional, tornando-se passiva e dependente dos interesses do Ocidente.

Tal situação de dependência e decadência internacional causou impacto na sociedade russa, o que criou espaço e legitimidade para a ascensão do grupo político dos conservadores-civilizacionistas como reação (MANKOFF, 2009; TSYGANKOV, 2007). A escolha de Primakov para o cargo de primeiro-ministro representou a ascensão de novas diretrizes para a política externa da Rússia, diametralmente opostas àquelas dos liberais-ocidentalistas. Buscando restabelecer a Rússia como grande potência influente no mundo e sobretudo na Eurásia, Primakov adotou uma política externa de balanceamento em relação aos EUA e à Europa, valorizando parcerias com Estados importantes da Eurásia como China, Índia e Irã (TSYGANKOV, 2016; HOPF, 2005). Em relação à expansão da OTAN em direção aos países do Leste, a Rússia adotou um tom crítico, ao afirmar a importância da região como sua área de influência, e restabeleceu sua presença e influência no antigo espaço soviético. Desta maneira, o Ocidente passou a ser percebido de forma desfavorável, tendo a Rússia adotado um discurso por vezes agressivo demais, e baseado em cálculos geopolíticos (TSYGANKOV, 2007).

A última e atual etapa da política externa russa iniciou-se com a nomeação para primeiro-ministro em 1999 e posterior eleição para presidente em 2000 de Vladimir Putin. A ascensão de Putin representou a vitória do discurso identitário dos centristas-estatistas na sociedade russa, representando um certo hibridismo entre os dois discursos anteriores no poder. Putin foi capaz de estabelecer uma base de apoio político e social entre os grupos de empresários que se identificavam com os liberais-ocidentalistas, e os industriais e militares que anteriormente haviam se alinhado ao discurso dos conservadores-civilizacionistas (TSYGANKOV, 2007). Em termos de política externa e das relações com o Ocidente, os primeiros governos de Putin estiveram fundamentados em diretrizes fortemente pragmáticas com vistas à recuperação econômica e política da Rússia no sistema internacional (TSYGANKOV, 2016).

Consciente das fragilidades relativas da Rússia em termos econômicos e militares, as relações com o Ocidente encontraram certa estabilidade, havendo cooperação com os EUA em

assuntos de interesse nacional, como o terrorismo, sem alienar a autonomia russa no plano internacional. A Rússia se colocava assim como uma Grande Potência relevante – como os conservadores-civilizacionistas – ao mesmo tempo em que se identificava como pertencente à Europa e sua herança histórica e identitária – como os liberais-ocidentalistas (HOPF, 2005; TSYGANKOV, 2007). Ao se identificar com a “Europa-Leste” em contraposição ao Ocidente e à Eurásia, a Rússia adotou uma política externa multivetorial, ampliando suas relações com países da Europa como Alemanha, França e Itália, ao mesmo tempo em que se direcionou para a Ásia através de contratos com a China e a Índia (ADAM, 2013; TSYGANKOV, 2007). Tais características reforçaram a concepção doméstica de que a Rússia deveria se constituir em um polo de poder importante na ordem multipolar emergente, atuando de maneira autônoma em defesa dos seus interesses nacionais definidos como o desenvolvimento econômico, a estabilidade política e a segurança internacional (TSYGANKOV, 2016).

No entanto, apesar do avanço na cooperação entre a Rússia e o Ocidente, as relações começaram a deteriorar com o progressivo avanço da OTAN em direção as fronteiras da Rússia, acompanhado do Escudo Antimísseis na Europa, e com as revoluções coloridas no antigo espaço soviético, sobretudo na Geórgia em 2003 e na Ucrânia em 2004 (TSYGANKOV, 2016). A partir destes eventos a política externa da Rússia iniciou seu distanciamento do Ocidente e passou por um processo de redefinição de suas diretrizes básicas, em adequação às novas correlações de forças no sistema internacional.

2.3 DEFESA DA “PÁTRIA MÃE” E AS DIRETRIZES DE UMA POLÍTICA EXTERNA CIVILIZACIONAL

As diretrizes da política externa russa foram progressivamente alteradas ao longo dos anos mais recentes, sobretudo a partir da segunda década do século XXI. Tais alterações representaram reações às mudanças na correlação de forças, principalmente no continente europeu, mas também da própria recuperação econômica e política da Rússia no cenário internacional. Contudo, desde a volta de Putin à presidência em 2012, após o governo de Dmitri Medvedev, a Rússia tem avançado mais vigorosamente em direção a uma política mais assertiva em seu entorno estratégico, além de se aproximar cada vez mais do discurso identitário considerado por acadêmicos como civilizacional (TSYGANKOV, 2016).

Ao longo do contínuo entre a eleição de Putin em 2000 e a sua volta para o terceiro mandato em 2012, a Rússia vivenciou uma série de modificações em sua sociedade, economia nacional, mas também em termos de prestígio e poder político no cenário internacional. Favorecida pelo aumento do preço do petróleo no início do século, a economia russa teve condições de recuperar parte de seu desempenho produtivo e ainda acumular reservas consideráveis, o que contrastou com as experiências passadas de crise econômica durante os anos 1990 (MANKOFF, 2009). Como consequência, o discurso identitário em torno do grupo dos centristas-estatistas conquistou o apoio da sociedade russa que, em última instância, considerava Putin uma liderança forte e necessária para a reemergência da Rússia no cenário internacional. O trauma da derrota da URSS na Guerra Fria e as posteriores experiências da crise dos anos Yeltsin permanecem fortes no imaginário russo, o que contribui para a força e imagem política de Putin como o líder capaz de superar as adversidades e tornar a Rússia influente no sistema internacional em igualdade com as potências ocidentais (LARRABEE, 2010; TSYGANKOV, 2016).

Ao longo dos governos de Putin, mas também durante Medvedev, as relações com o Ocidente enfrentaram avanços e retrocessos sem, contudo, deixarem de ser tensas e por vezes baseadas na desconfiança. Tal desconfiança foi consolidada através de uma série de eventos que distanciaram a Rússia dos países ocidentais e geraram percepções cada vez mais desfavoráveis. O primeiro evento é sem dúvida o avanço da OTAN em direção aos antigos países do Pacto de Varsóvia, processo que já gerava críticas ainda durante o governo de Yeltsin, mas que tomou novas proporções em 2004 quando houve a inclusão da Polônia, República Tcheca, Romênia, Bulgária, Lituânia, Letônia e Estônia (MEARSHEIMER, 2014). Acompanhado a isto, o projeto de uma infraestrutura securitária na Europa, o Escudo Antimísseis, criou uma série de constrangimentos para a Rússia, a qual percebeu sua capacidade de segundo ataque minimizada (HANSEN, 2016). Em seu célebre discurso na Conferência de Munique sobre Política de Segurança em 2007, Putin foi enfático ao criticar a unipolaridade dos EUA e o avanço da OTAN em direção às fronteiras russas, como um claro descumprimento das garantias dadas à Rússia após o fim da Guerra Fria, em sua antiga área de influência na Europa Oriental:

Me parece óbvio que a expansão da OTAN não tem nenhuma relação com a modernização da Aliança ou assegurar a segurança na Europa. Ao contrário, representa uma provocação séria que reduz o nível de confiança mútua. E temos o direito de perguntar: contra quem esta expansão é pretendida? E o que aconteceu com as garantias que nossos parceiros ocidentais fizeram depois da dissolução do Pacto de Varsóvia? Onde estão estas declarações hoje? Ninguém sequer os relembra. Mas me permitirei

relembrar esta audiência o que foi dito. Eu gostaria de citar o discurso do Sr. Woerner, Secretário-Geral da OTAN, em Bruxelas em 17 de maio de 1990. Ele disse naquela ocasião que: “o fato de estarmos dispostos a não colocar um exército da OTAN fora do território alemão dá à União Soviética uma garantia firme de segurança”. Onde estão estas garantias?³ (PUTIN, 2007, tradução nossa).

Outro ponto crucial para a deterioração das relações com o Ocidente, rumo ao estágio atual, foi a eclosão das chamadas revoluções coloridas no antigo espaço soviético. Tais revoluções foram caracterizadas por grandes movimentos populares urbanos que reivindicavam maior transparência por parte de seus governos, contra corrupção e criticavam as políticas de orientação pró-russa adotadas por estes. Três países enfrentaram tais eventos e tiveram seus governantes, alinhados à Moscou, retirados do poder e substituídos por outros alinhados ao Ocidente: Geórgia em 2003, Ucrânia em 2004 e Quirguistão em 2005 (TSYGANKOV, 2016). A alegada interferência e suporte do Ocidente nestas revoluções, através de organizações não governamentais ligadas a grupos ocidentais, geraram uma maior desconfiança e hostilidade em relação ao Ocidente por parte do governo russo. A partir das críticas ocidentais acerca da democracia na Rússia, do respeito de liberdades políticas, de minorias e de grupos sociais, causaram apreensão no governo de Putin sobre a possibilidade de uma nova revolução colorida, desta vez em território russo (TSYGANKOV, 2016).

Em meio ao aumento das críticas ocidentais à Rússia, e a expansão da OTAN cada vez mais em direção às fronteiras russas e a possibilidade de inclusão da Ucrânia e Geórgia na OTAN, o discurso identitário que fundamentava a política externa da Rússia passou por progressiva modificação. A partir da eleição de Putin em 2012 para o seu terceiro mandato, o discurso e a identidade estatal em relação ao Outro Externo, o Ocidente, foi fundamentado no retorno às origens históricas e étnicas da Rússia, na exacerbação do nacionalismo e da manutenção de interesses prioritários no antigo espaço soviético, percebendo a Rússia como o centro de uma civilização única e distinta na Eurásia (TSYGANKOV, 2016). Muitos acadêmicos, então, passaram a identificar uma aproximação do discurso governamental com as ideias dos

³ No original: “I think it is obvious that NATO expansion does not have any relation with the modernization of the Alliance itself or with ensuring security in Europe. On the contrary, it represents a serious provocation that reduces the level of mutual trust. And we have the right to ask: against whom is this expansion intended? And what happened to the assurances our western partners made after the dissolution of the Warsaw Pact? Where are those declarations today? No one even remembers them. But I will allow myself to remind this audience what was said. I would like to quote the speech of NATO General Secretary Mr. Woerner in Brussels on 17 May 1990. He said at the time that: “the fact that we are ready not to place a NATO army outside of German territory gives the Soviet Union a firm security guarantee”. Where are these guarantees?” (PUTIN, 2007).

conservadores-civilizacionistas, carregadas de um componente civilizacional muito forte (HOPF, 2016; TSYGANKOV, 2016).

Na concepção de Moscou, a unipolaridade em torno dos EUA e a preponderância do Ocidente no sistema internacional mostravam-se em decadência frente à ascensão das potências emergentes do não-Ocidente, sobretudo a China e a Índia (MANKOFF, 2009). No contexto de construção de uma ordem multipolar, a Rússia deveria assim assumir o posto de um dos centros de poder da Eurásia, dotada de valores e modelos civilizacionais distintos do Ocidente (TSYGANKOV, 2016). A política externa a partir deste momento estaria centrada na construção de uma identidade russa, de caráter multiétnico, ligada assim à identidade estatal. A partir da defesa dos valores tradicionais, sobretudo família e religião, seria então construída uma união nacional capaz de defender a “Pátria Mãe” dos ataques políticos, econômicos e civilizacionais vindos do Ocidente (TSYGANKOV, 2007; 2016). Na concepção do grupo político no poder, caberia somente à Rússia definir seu próprio modelo de democracia e de desenvolvimento segundo seu próprio ritmo, através do conceito de “democracia soberana” (HANSEN, 2016).

Ao sustentar a soberania do Estado russo em relação as suas políticas domésticas, esta mesma soberania foi expandida para a política externa e a atuação internacional da Rússia no sistema internacional. Ainda durante o mandato de Medvedev, entre 2008 e 2012, a Rússia já ensaiava uma maior autonomia em sua política externa, sobretudo após as revoluções coloridas, os efeitos da crise de 2008, e a eclosão da Primavera Árabe no final do período. Com o terceiro mandato de Putin em 2012, esta tendência foi reforçada, tendo retomado a assertividade da política externa e diversificado parcerias estratégicas com potências emergentes fora do Ocidente (TSYGANKOV, 2016). O chamado não-Ocidente adquire então centralidade nas novas diretrizes da política externa russa, identificado como espaço favorável para a expansão da projeção e autonomia russa. Cabe destacar aqui duas ações internacionais relevantes para a projeção da Rússia no cenário internacional: a criação da União Econômica Euroasiática (UEE) e os BRICS.

Ambas dialogam entre si como estratégias de projeção regional e internacional, respectivamente, sendo a UEE uma tentativa de manter a liderança e presença russa no antigo espaço soviético, e os BRICS como uma alternativa de cooperação com potências emergentes favoráveis à construção de uma ordem multipolar. A parceria com a China desta forma adquire importância estratégica, tanto em termos comerciais, através da exportação de petróleo e gás no contexto de crise econômica, como em termos securitários, através da Organização para

Cooperação de Xangai (OCX) que, juntamente com outros Estados da região, assegura uma maior segurança na Eurásia ao dificultar a presença militar de potências extrarregionais, sobretudo ocidentais (MANKOFF, 2009).

Outra área importante que merece destaque na nova política externa da Rússia é a região do Oriente Médio. Ao perceber as consequências destabilizadoras da Primavera Árabe nos Estados da região, e o fortalecimento de organizações terroristas, a Rússia passou a encarar o Oriente Médio de forma estratégica. Devido à proximidade geográfica e as ligações existentes entre as populações muçulmanas na Rússia, a ampliação do caos na região poderia transbordar para o interior do país (KALB, 2015). O Ocidente mais uma vez é utilizado como referencial para a política externa russa na região, ao considerar como desastrosas e irresponsáveis as ações das potências ocidentais (EUA, Reino Unido e França) no Oriente Médio. O envolvimento russo nas negociações do programa nuclear do Irã, mas sobretudo na definição dos rumos da Guerra da Síria demonstrou um novo protagonismo da Rússia na região, capaz de contrabalancear os interesses do Ocidente (TSYGANKOV, 2016).

O último aspecto a ser destacado na nova política externa civilizacional aprofundada a partir de 2012 é a renovação da assertividade e controle sobre os Estados do antigo espaço soviético. Os casos da Guerra da Geórgia em 2008 e da Crise Ucraniana entre 2013 e 2014, seguida da anexação da Crimeia, são ilustrativos do aumento da atuação da Rússia em seu entorno estratégico. Ambos os eventos estiveram relacionados com o Ocidente, de uma forma ou de outra, e em reação a este que a Rússia agiu. A Guerra da Geórgia em 2008 demonstrou a capacidade de projeção de poder militar da Rússia em um contexto em que o governo georgiano buscava o apoio dos EUA e a possível incorporação à OTAN (MANKOFF, 2009).

Em relação à Crise da Ucrânia e os desdobramentos na Crimeia, Tsygankov (2015) afirma que o conflito foi condicionado pelas atitudes do governo ucraniano de recusa dos interesses e dos valores russos em benefício daqueles ligados ao Ocidente. Desde a independência, a Ucrânia estaria sendo palco de uma disputa nacional entre identidades estatais conflitantes, uma ligada ao Ocidente e outra ligada à Rússia. Com a Revolução Laranja em 2004, o novo sistema de valores da Ucrânia passou a ser percebido como incompatível com o da Rússia e Eurásia (TSYGANKOV, 2015). A divisão mesma entre construções identitárias opostas torna esta situação um dilema interno dentro da sociedade ucraniana, que é intensificada ao considerar que a Rússia se mostra disposta a agir com os meios necessários para defender seus interesses e valores

nacionais quando o governo ucraniano se inclina para o Ocidente, em oposição à liderança de Moscou:

Ao agir na Ucrânia, a Rússia foi guiada por seus entendimentos de interesses nacionais e valores, assim como pelo grau de reconhecimento dos mesmos pelas potências ocidentais. A ausência de tal reconhecimento contribuiu para o confronto e a violência na Ucrânia⁴ (TSYGANKOV, 2015, p. 20, tradução nossa).

Somado a isto, a Ucrânia possui importância estratégica na política externa da Rússia devido aos laços históricos que ligam os dois países em termos políticos, econômicos e culturais (HOPF, 2016). A independência da Ucrânia em 1991 representou um grande recuo geopolítico e cultural para a Rússia que, sob a ameaça de incorporação da mesma na OTAN, representaria o enfraquecimento dos laços identitários e o enfraquecimento de um projeto euroasiático e civilizatório em torno da Rússia (BRZEZINSKI, 1997; GÖTZ, 2016; MEARSHEIMER, 2014).

Assim, ao se analisar o longo período desde a eleição de Vladimir Putin em 2000, percebe-se que as atuais diretrizes da política externa russa foram resultado de um processo progressivo de ajustamentos entre a Rússia e o Ocidente. O Ocidente permaneceu como principal referencial para a condução da política externa, passando de uma posição favorável para a atual animosidade desde a Crise Ucraniana em 2014. A tendência civilizacional iniciada em 2012 está da mesma maneira alinhada com a maior autonomia russa no cenário internacional, objetivo construído ao longo dos últimos anos.

⁴ No original: “In acting toward Ukraine, Russia has been guided by its understanding of national interests and values, as well as the degree of their recognition by Western powers. The absence of such recognition has contributed to confrontation and violence in Ukraine” (TSYGANKOV, 2015, p. 20).

3 A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA UCRÂNIA NA GEOPOLÍTICA EUROASIÁTICA

Ao longo dos séculos, as relações entre Rússia e Ucrânia foram marcadas por laços históricos, identitários, políticos e econômicos importantes, os quais conferiram centralidade estratégica para as relações entre estes dois Estados vizinhos. Em seu aspecto sistêmico, a Ucrânia torna-se importante para a compreensão dos interesses conflitantes na geopolítica do continente, entre a Rússia e as instituições euro-atlânticas. Dividida entre estas duas influências, fatores internos e externos condicionaram a inserção internacional da Ucrânia ao longo das últimas décadas, conferindo a sua política externa um caráter bidirecional que de alguma maneira desencadearam a Revolução Laranja (2004) e a Crise Ucraniana (2014).

A importância estratégica da Ucrânia pode ser percebida a partir de várias facetas, desde considerações geográficas e históricas, até considerações de identidade e vínculos étnicos. Com o objetivo de compreender esta centralidade estratégica ucraniana, o presente capítulo apresenta em um primeiro momento as características que conferem à Ucrânia a sua centralidade na política externa da Rússia. Em um segundo momento, considerações a respeito da identidade nacional ucraniana são apresentadas, além de seus desdobramentos na política nacional e principalmente na política externa, durante a Revolução Laranja de 2004. Para concluir, a Crise Ucraniana de 2014 é enquadrada e analisada a partir de sua importância sistêmica como ponto de atrito entre interesses da Rússia e das instituições euro-atlânticas no quadro do continente europeu.

3.1 A CENTRALIDADE DA UCRÂNIA NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA

Para se analisar as relações entre Rússia e Ucrânia, deve-se levar em consideração os laços históricos e culturais que ligam estes dois Estados ao longo dos séculos. As próprias origens da Rússia e da Ucrânia são imprecisas e, de acordo com determinados discursos, podem separá-las ou uni-las em uma origem comum como nação. Ambos Estados compartilham uma série de laços que incluem a própria proximidade das línguas russa e ucraniana, a religião do cristianismo ortodoxo (apesar de pertencerem a ramos distintos dentro do mundo ortodoxo), as relações étnicas dos povos eslavos orientais e, acima de tudo, as relações históricas que ligam Moscou e Kiev. Apesar de uma origem comum que remete à antiga Rus Kievana no século IX, ao longo dos

séculos as relações entre russos e ucranianos foram marcadas majoritariamente pela dominação dos primeiros sobre os últimos – assim como por poloneses e austro-húngaros (MENON; RUMER, 2015). Dado que a Rússia se considera o centro e a liderança dos demais povos eslavos orientais⁵, a Ucrânia adquire centralidade como parte deste “*Russkiy mir*” (Mundo Russo), o que confere à Ucrânia um forte caráter identitário, somado à localização geoestratégica da mesma (SUSLOV, 2018). Assim, para compreender os cálculos políticos, econômicos e militares da Rússia ao longo dos últimos séculos, faz-se necessário levar em consideração a importância identitária que Kiev representa para a Rússia.

O primeiro ponto a ser analisado mais profundamente é justamente os laços históricos e identitários que desempenham um papel importante nos discursos identitários e na própria construção da identidade estatal, tanto da Rússia quanto da Ucrânia. A origem de ambos os povos remete ao primeiro Estado consolidado na região, a Rus Kievana (MENON; RUMER, 2015). Formada no século IX pelo encontro de povos vindos da Escandinávia e dos eslavos orientais, tal Estado se formou ao redor da atual Kiev, expandindo-se em direção às terras ao Leste que hoje pertencem à Rússia, dando origem a uma miríade de principados, dentre eles o Reino de Moscou (LIEVEN, 1999). Ao longo dos séculos, devido a ingerências externas dos povos mongóis vindos do Oriente, o Estado de Rus se fragmentou e o principado em Moscou adquiriu destaque progressivo como um centro de poder na região, dando origem ao Reino da Rússia e após, ao Império Russo no século XVIII (ADAM, 2008). Tal passado histórico adquiriu destaque a partir da dissolução da URSS e da independência da Ucrânia como Estado soberano, uma vez que interpretações acerca desta temática permearam os processos de definição de ambas identidades a partir de então.

De um lado, a Ucrânia busca consolidar sua identidade nacional no interior do Estado recém-independente, afastando-se da identidade ligada ao Estado russo (TSYGANKOV, 2015). Kiev sustenta o argumento de que, apesar do passado comum, a formação da Rus Kievana comprova a existência de uma identidade propriamente ucraniana (MENON; RUMER, 2015). Na visão ucraniana, o antigo Reino de Moscou gerou uma identidade distinta (e propriamente russa) daquela existente em torno de Kiev, com costumes e tradições próprias (KUZIO, 2002). A partir desta interpretação, a Rússia é vista como uma potência dominadora que ao longo dos séculos buscou reprimir a identidade nacional ucraniana através de políticas de russificação,

⁵ Os povos eslavos orientais são formados pela tríade Rússia, Ucrânia e Bielorrússia.

principalmente durante o Império Russo, e de políticas repressivas durante os anos de Stalin⁶ (ADAM, 2008; MENON; RUMER, 2015). A independência da Ucrânia em 1991 representaria desta forma a libertação da nação ucraniana do jugo perpetrado durante séculos pela Rússia.

A Rússia, por outro lado e em reação a este discurso, argumenta em favor dos laços que ligam os russos e os ucranianos dentro do “Mundo Russo”, muitas vezes rejeitando o discurso ucraniano de que ambos povos pertencem a nações distintas (LIEVEN, 1999). Para isto, os russos apresentam a proximidade entre a língua russa e a ucraniana como um fator importante, além do compartilhamento da religião cristã ortodoxa majoritária no interior de ambas sociedades; e acima de tudo, o pertencimento à etnia dos eslavos orientais, dentre os quais a Rússia se autoafirma como a liderança e a defensora em termos étnicos e culturais (ADAM, 2008; LIEVEN, 1999). Na concepção russa, cabe à Moscou a tutela sobre os demais Estados eslavos, Ucrânia e Belarus, pertencentes a uma mesma entidade cultural, e que devem permanecer logicamente unidos ou em cooperação em termos políticos, econômicos e diplomáticos. Para a Rússia, Kiev é considerada a “Mãe de todas as cidades russas”, o que aprofunda a interpretação de uma nação única entre russos, ucranianos e bielorrussos (MENON; RUMER, 2015). E é justamente em relação a este aspecto que a Ucrânia adquire centralidade na política externa russa.

Dada a centralidade da Ucrânia em termos étnicos e culturais, considerações identitárias estão sempre muito presentes nas relações externas entre Rússia e Ucrânia. A percepção russa em relação ao Estado vizinho é de que este último se configura como uma espécie de irmão menor e inexperiente, cuja responsabilidade de proteção contra fatores externos é tarefa única da Rússia (ADAM, 2008). Partindo desta percepção, as relações entre russos e ucranianos foram marcadas ao longo dos séculos por uma condição de “vassalagem”, em que a Rússia confere a si a posição preponderante sobre a Ucrânia (MERRY, 2015). Conforme a concepção de Merry (2015), a relação de vassalagem relembra as práticas durante a Idade Média, em que um ator mais forte em termos políticos, econômicos e militares garante a segurança de outro ator, considerado mais vulnerável, preservando a dependência deste em relação ao provedor de segurança. Como retribuição, o vassalo possui certa liberdade para agir de forma independente em assuntos de

⁶ As relações entre a Ucrânia e a Rússia durante os anos de Stalin são parte importante no histórico ucraniano, devido às políticas severas aplicadas pelo líder soviético na região, cujo principal evento foi a Grande Fome (*Holodomor*) ocorrida na Ucrânia durante a década de 1930, a qual resultou na morte de pelo menos 3 milhões de ucranianos através do confisco forçado de alimentos. Tal evento marca as relações russo-ucranianas até hoje, produzindo interpretações divergentes entre os dois Estados, pois muitos ucranianos o consideram como tendo sido uma política de genocídio contra a Ucrânia como nação (BESEMERES, 2016; TSYGANKOV, 2015).

natureza doméstica, legitimados pelo ator preponderante, e até mesmo em assuntos de natureza internacional, contanto que não ultrapasse limites impostos pelos interesses de seu superior (MERRY, 2015).

As relações de vassalagem entre Rússia e Ucrânia se desenvolvem em uma espécie de triângulo de relações e percepções entre Outros Significativos, composto por Rússia, Ucrânia e Ocidente. Moscou considera que, devido aos laços históricos e culturais expostos acima, além da própria relação de vassalagem, a Ucrânia pertence a sua esfera de influência (MOSHES, 2014). Conforme o próprio presidente Medvedev expôs em 2008 – o que muitos cunharam de “Doutrina Medvedev” – a Rússia busca garantir e defender seus interesses estratégicos nas “áreas de interesses privilegiados”, consideradas vitais para sua segurança e autonomia (LARRABEE, 2010; MERRY, 2015). Como a política externa e as ações internacionais da Rússia são pensadas em relação ao Outro Significativo, o Ocidente, a Ucrânia adquire importância ao se posicionar entre ambos atores no plano internacional. À Kiev é permitida certa margem de independência para gerir relações com o Ocidente, sobretudo com as instituições euro-atlânticas (OTAN e UE), contanto que estas relações não coloquem em jogo os interesses estratégicos de Moscou e comprometam a própria manutenção da relação de vassalagem. Em troca, a Ucrânia recebe apoio e legitimidade por parte da Rússia para agir livremente internamente através de medidas repressivas, e goza de regalias em termos dos preços cobrados pelo gás russo importado e nos prazos da dívida externa ucraniana com o país vizinho (MERRY, 2015).

Nesta relação entre a Rússia e o Ocidente, aqui representado pela OTAN e pela UE, importância propriamente geoestratégica é somada à Ucrânia. Dado seu amplo território e seu potencial agrícola, a Ucrânia é cobiçada por blocos de integração econômica, principalmente pela União Econômica Euroasiática (UEE), de iniciativa russa, quanto em menor grau pela UE (LARRABEE; WILSON; GORDON, 2015). Como se não bastasse, o país ainda se situa em uma região particular nas ligações entre a Rússia, o antigo espaço soviético e o Ocidente e, de forma mais ampla, entre a Ásia e a Europa. Este fator é realçado quando se constata que boa parte dos hidrocarbonetos, petróleo e gás, vindos das reservas da Rússia e da Ásia Central, atravessam o país em direção aos mercados consumidores industrializados da Europa Ocidental (LARRABEE, 2010).

Em termos político-militares, a Ucrânia é percebida como a última fronteira para a expansão da OTAN em direção aos países pós-soviéticos do Europa Oriental. Na percepção da

Rússia, a Ucrânia constitui uma área de interesse vital que deve ser preservada sob sua influência, ou pelo menos em neutralidade, como uma barreira geográfica entre a Rússia e as instituições euro-atlânticas, UE e principalmente a própria OTAN (BUGAJSKI; DORAN, 2016a). Segundo Brzezinski (1997), sem o controle da Rússia sob a Ucrânia, nega-se a possibilidade de reconstituição de um império russo euroasiático centralizado na etnia eslava, o qual tenha recursos de poder suficientes capazes de balancear o conjunto dos países do Ocidente. A eventual negação desta esfera de influência russa, e até mesmo a possibilidade de que a Ucrânia faça parte da OTAN, criaria uma fronteira significativa e direta entre a Rússia e a Aliança militar (MEARSHEIMER, 2014; LARRABEE; WILSON; GORDON, 2015). Neste cenário extremo, a segurança da Rússia em termos políticos, econômicos, militares e até mesmo identitários, estaria significativamente ameaçada, o que realça a percepção russa de que o status da Ucrânia constitui parte essencial para sua manutenção como ator internacional significativo (MERRY, 2015).

A partir do que foi exposto acima, torna-se claro que a centralidade da Ucrânia na política externa da Rússia é complexa e vista por uma série de ângulos que vão desde laços históricos e identitários, até aspectos de ordem material ou estratégica em relação às instituições euro-atlânticas e a própria segurança do Estado russo. Fundamentada em uma relação de dominação e vassalagem, a Ucrânia é parte essencial para a atuação e projeção de poder da Rússia no sistema internacional, como salientado por Brzezinski. No entanto, quando este padrão de vassalagem, fortemente alicerçado na dependência política, econômica e militar, é ameaçado ou negado por Kiev, Moscou utiliza de seus instrumentos de poder e influência para assegurar seus interesses e se contrapor ao Ocidente.

3.2 A IDENTIDADE NACIONAL UCRANIANA E A EMBLEMÁTICA REVOLUÇÃO LARANJA

O sistema de relações projetado e aplicado por Moscou em relação às repúblicas antigo espaço soviético, baseado em relações clientelistas e de vassalagem como explicitado anteriormente, apresentou fissuras em sua sustentação após a eclosão das chamadas “revoluções coloridas” (MANKOFF, 2009). Tais eventos se caracterizaram por manifestações populares contrárias a práticas governamentais, que na maior parte dos casos envolviam práticas de corrupção e de fraudes eleitorais (SAKWA, 2016). Algumas características as aproximam dentro

deste conceito, como o fato de terem sido movimentos de contestação a governos favoráveis à Rússia, cujos laços políticos e econômicos eram profundos e por vezes clientelistas; terem possuído inclinações favoráveis ao Ocidente e suas instituições euro-atlânticas; e terem sido palco de interferências por parte de governos ocidentais ao longo dos acontecimentos (MANKOFF, 2009). Tais foram os casos da Revolução das Rosas, ocorrida em 2003 na Geórgia; da Revolução Laranja, ocorrida em 2004 na Ucrânia; e por último, da Revolução das Tulipas, ocorrida em 2005 no Quirguistão. Tais revoluções ilustraram a disputa política e estratégica entre a Rússia e as grandes potências do Ocidente pelos Estados do entorno estratégico russo.

Dentre as três revoluções citadas, a Revolução Laranja é emblemática e recebeu destaque no cenário internacional, devido, logicamente, à centralidade que a Ucrânia possui em termos estratégicos e identitários, como apresentado na sessão anterior. Tal revolução se constitui como um marco importante na história da Ucrânia independente, assim como nas relações do país tanto com a Rússia quanto com o Ocidente. Neste sentido, os acontecimentos de 2004 revelaram velhas divisões internas entre as diferentes regiões da Ucrânia, marcadas por identidades, etnias e concepções político-sociais distintas e por vezes conflitantes (TSYGANKOV, 2015). Mais que isto, a Revolução Laranja tornou evidente as dificuldades em torno da construção de uma identidade nacional capaz de sobrepor os laços regionais e étnicos que afetam inclusive a própria inserção internacional da Ucrânia, dividida entre a Rússia e o Ocidente (MANKOFF, 2009).

A Revolução Laranja em 2004, assim como as demais revoluções coloridas, representou a queda e substituição do governo alinhado a Moscou, por lideranças políticas cujas principais diretrizes se aproximavam dos interesses do Ocidente e de suas instituições econômicas e securitárias. Na principal praça de Kiev, a Praça da Independência “Maidan”, protestos populares eclodiram em cores laranjas, a cor do partido do candidato da oposição, Viktor Yushchenko. O estopim foram as acusações de fraudes nos resultados da eleição que havia elegido o candidato pró-Rússia, Viktor Yanukovich, para o cargo de presidente da Ucrânia em 2005 (MANKOFF, 2009). Para os manifestantes, a vitória fraudulenta de Yanukovich representou a negação de uma oportunidade para os ucranianos de integração com o Ocidente, uma vez que o candidato era conhecido por práticas frequentes de corrupção (MANKOFF, 2009). Na esteira destas manifestações, novas eleições foram convocadas e o candidato pró-Ocidente, Viktor Yushchenko, elegeu-se presidente com cerca de 51% dos votos, contra 44% de seu rival Yanukovich (MENON; RUMER, 2015). Apesar da vitória do líder da Revolução Laranja, os

resultados eleitorais apontaram uma divisão entre os candidatos, tendo Yushchenko predominado nas regiões mais próximas à Europa Central, enquanto Yanukovich se sobressaiu nas regiões mais próximas à Rússia (BESEMERES, 2016; MENON; RUMER, 2015).

Esta divisão não é mera coincidência: questões relacionadas a diferenças históricas, étnicas e propriamente identitárias estão em suas raízes. Acadêmicos que se debruçam sobre a Ucrânia salientam as diferenças entre as principais regiões do país que, de certa maneira, justificam os comportamentos eleitorais, a política interna ucraniana, mas sobretudo a própria política externa e os alinhamentos no plano internacional (WILSON, 2005; MANKOFF, 2009; MENON; RUMER, 2015). Neste sentido, usa-se frequentemente para fins práticos a divisão do país em duas porções, separadas pelo Rio Dnieper que cruza o centro do território e a capital Kiev. No entanto, uma observação mais atenta da constituição territorial e social do país invalida esta divisão simplista, pelo contrário, identifica gradualismos entre quatro macrorregiões com certas semelhanças em comum: Oeste e Centro, Leste e Sul (WILSON, 2005).

Primeiramente, é necessário destacar que ao longo de sua história, a Ucrânia foi consecutivamente subjugada por potências externas que dominaram seu território e, conseqüentemente, imprimiram marcas importantes na sociedade ucraniana, remanescentes até os dias atuais (MENON; RUMER, 2015). Os territórios da atual Ucrânia foram conquistados ao longo dos séculos pela Lituânia, pela Polônia⁷, pelo Império Austro-Húngaro e pela Rússia. As regiões ucranianas do Leste e do Sul foram anexadas e controladas pela Rússia, enquanto as regiões Oeste e Centro estiveram sob o domínio do Império Austro-Húngaro, da Polônia e até da Romênia (BESEMERES, 2016). Desta maneira, nota-se discrepâncias históricas quando se analisa a dominação russa sobre a Ucrânia, dado que as regiões ao Leste foram incorporadas à Rússia ainda no século XVIII – como as regiões de Donetsk, Lugansk e Kharkiv –, enquanto regiões do Oeste – como as regiões de Lviv e Volyn – só foram incorporadas à URSS dois séculos após, ao término da Segunda Guerra Mundial (BESEMERES, 2016; MENON; RUMER, 2015).

Esta volatilidade de fronteiras sobre o território ucraniano gerou efeitos importantes em termos políticos, étnicos e identitários. Em termos políticos, cada potência externa administrou os territórios de maneiras diferentes, algumas permitindo certa autonomia administrativa e cultural,

⁷ Cabe ressaltar que em boa parte do período de dominação, Lituânia e Polônia formavam a Comunidade Polaco-Lituana (1569–1795), a qual foi progressivamente reduzida pelas consecutivas partilhas da Polônia em 1772, 1793 e 1795 entre o Império Russo, o Império Austro-Húngaro e o Reino da Prússia (MENON; RUMER, 2015).

outras impondo estruturas autoritárias que suprimiram toda e qualquer possibilidade de nacionalismo (MENON; RUMER, 2015). Por exemplo, quando se compara a administração do Império Austro-Húngaro com a administração do Império Russo, as primeiras eram comparativamente mais liberais – até mesmo para os padrões da época – ao permitir certa autonomia política, o cristianismo ortodoxo, e até mesmo a manutenção dos costumes e da língua ucraniana (MENON; RUMER, 2015). Por outro lado, as estruturas do Império Russo – e até certo ponto da própria URSS – eram comparativamente mais autoritárias ao suprimir qualquer aspiração nacionalista, reprimindo a cultura e língua ucranianas através da russificação da sociedade local (BESEREMES, 2016; LIEVEN, 2002).

Tais diferenças na administração dos territórios criaram condições para que as regiões do Oeste da Ucrânia se tornassem o principal bastião do nacionalismo ucraniano. Durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, foram nestas regiões ocidentais que forças nacionalistas tentaram formar um Estado independente, cujo exemplo mais notório foi a República Popular da Ucrânia Ocidental durante a Primeira Guerra (WILSON, 2002). Devido às ligações e à proximidade com os países da Europa Central – com destaque para a influência da Polônia –, as populações ucranianas destas regiões passaram a se identificar com o Ocidente em termos políticos e culturais, percebendo as instituições euro-atlânticas de forma favorável. De acordo com os nacionalistas, a UE e a OTAN representam oportunidades importantes para gerar desenvolvimento interno e elevar a qualidade de vida dos ucranianos, mas principalmente escapar da esfera de influência da Rússia (MANKOFF, 2009). Não coincidentemente, as principais bases do nacionalismo ucraniano estão em Lviv e Volyn (Lutsk), as últimas regiões a serem incorporadas aos domínios russos. Na Figura 1 abaixo é possível identificar a progressão destas incorporações territoriais:

Figura 1 – Ganhos territoriais da República Socialista Soviética (RSS) da Ucrânia, 1939-54



Fonte: adaptado de Subtelny (1994, p. 482).

Em termos étnicos, a Ucrânia apresenta uma grande parcela de população etnicamente russa que habita seu território, tornando os russos a maior minoria étnica no país. Mais uma vez é perceptível uma divisão do país em macrorregiões, em que o Leste e o Sul apresentam uma maior porcentagem de ucranianos etnicamente russos ou falantes do russo, reduzindo gradualmente em direção ao Centro e Oeste da Ucrânia (LARRABEE, 2010). Nas regiões do Leste, a maior parte da população possui fortes ligações culturais com a Rússia, comunicando-se diariamente através da língua russa. Os exemplos mais significativos são as regiões de Donetsk e Lugansk, onde cerca de 40% da população local é etnicamente russa, e o caso único da Crimeia, onde a porcentagem chega a 58% (LARRABEE, 2010). Tal situação pode ser compreendida quando se considera que tais regiões estiveram durante mais tempo sob o controle da Rússia, passaram por processos de russificação, e onde casamentos entre russos e ucranianos são comuns e inclusive eram incentivados durante o período soviético.

A herança política e a composição étnica de cada uma das regiões influenciaram, em última medida, a própria construção da identidade nacional. À luz da teoria construtivista, no caso ucraniano, o Outro Significativo é justamente a Rússia, e principal referencial para a construção da identidade nacional e da política externa (ADAM, 2008). No entanto, a divisão já

demonstrada no interior da sociedade ucraniana gera percepções em relação ao Outro Significativo, a Rússia, mas também em relação ao próprio Ocidente. Esta dicotomia identitária acaba assim por afetar a própria política externa do país, conforme os grupos de poder no comando do Estado, com suas respectivas concepções identitárias e definições dos interesses nacionais ucranianos (MANKOFF, 2009). A depender do grupo de poder em Kiev, determinadas bases de política externa são favorecidas, entre a aproximação e manutenção dos laços com a Rússia, ou a aproximação com o Ocidente e as instituições euro-atlânticas, como as duas faces de Janus⁸.

De um lado, nas regiões do Leste e do Sul, onde há uma maior proporção de falantes russos, a Rússia é percebida de forma positiva, devido aos laços históricos e identitários mais fortes. Grupos de poder destas regiões tendem a considerar que a Ucrânia deve permanecer alinhada à Rússia no cenário internacional, devido aos laços históricos, linguísticos e culturais entre os dois países (MENON; RUMER, 2015). Por outro lado, nas regiões do Oeste e do Centro, onde o nacionalismo ucraniano é mais forte, a Rússia é percebida de forma negativa, como uma potência imperialista. Em contraposição, o Ocidente é visto como a opção ideal para atingir a autonomia da Ucrânia e gerar desenvolvimento econômico e social, através do estreitamento de relações com a UE e a OTAN (MENON; RUMER, 2015). A Ucrânia enfrenta, desta maneira, uma dificuldade para construir sua identidade nacional, em grande medida causada pela disputa entre grupos sociais com interesses e concepções distintas, fundamentados sobretudo em identidades regionais (BESEMERES, 2016). Esta polarização esteve representada na Revolução Laranja, quando Viktor Yanukovich representava as regiões do Leste e Sul, e Viktor Yushchenko e Yulia Tymoshenko, sua primeira-ministra, representavam o Oeste e o Centro.

A vitória final de Yushchenko e Yulia Tymoshenko representou um golpe na estratégia da Rússia para o antigo espaço soviético. Ao contrário do candidato Yanukovich, que advogava uma relação mais próxima com a Rússia em termos políticos e econômicos, Yushchenko ia no sentido inverso ao sustentar a total independência da Ucrânia em relação à Rússia, através da aproximação com o Ocidente – principalmente a Europa – e as instituições euro-atlânticas

⁸ Como salientado por Merry (2015), a política externa da Ucrânia após a independência foi caracterizada por uma diplomacia dividida em um vetor direcionado às relações com a Rússia, e outro direcionado ao Ocidente e às instituições euro-atlânticas (UE e OTAN). Este autor utiliza a lenda do deus grego Janus que, ao possuir duas faces, encarava cada qual em uma direção. A Ucrânia seria assim como Janus, dividida entre a Rússia e o Ocidente.

(MANKOFF, 2009; WOOD, 2015). Durante sua campanha, Yushchenko estabelecia a entrada na UE e na OTAN como objetivos centrais de seu governo (MENON; RUMER, 2015). Desta maneira, as eleições adquiriram importância ainda maior, tornando-se arena para interferências externas pela Rússia e o Ocidente, cada qual apoiando um dos candidatos. Durante as campanhas, o Kremlin garantiu suporte financeiro e político a Yanukovich, enquanto as principais lideranças dos países do Ocidente, além de ONGs alinhadas aos interesses ocidentais, apoiaram a candidatura do candidato “laranja”, Yushchenko (TSYGANKOV, 2015).

Dado que Yushchenko gozava de apoio dos países do Ocidente, o seu governo foi marcado pela aproximação com a UE e a OTAN. Neste sentido, o líder ucraniano foi persistente no avanço dos processos de admissão nas duas instituições euro-atlânticas, primeiro junto à OTAN, e após e em maior profundidade, com a UE (TSYGANKOV, 2015). Em relação à OTAN, em 2006, um ano após ser eleito, o presidente ucraniano já mostrava interesse em iniciar o processo de admissão com o Plano de Ação para Adesão (MAP em inglês) na Cimeira de Riga da OTAN (KUZIO, 2012). No que se refere à UE, os avanços frutificaram no momento em que as iniciativas junto à OTAN esfriavam. Em 2009, a UE lançou a Parceria Oriental⁹ (EaP em inglês), a qual visava estreitar as relações comerciais e políticas com os países do Leste Europeu, dentre eles a Bielorrússia, Moldávia, Geórgia, Azerbaijão, Armênia e principalmente, a Ucrânia (ASMUS, 2010; SAKWA, 2016). Na esteira desta iniciativa, em 2010, negociações para o Acordo de Associação com a UE previam uma maior integração econômica entre o bloco e a Ucrânia; entretanto, diferentemente do MAP, que previa o ingresso na OTAN, o Acordo de Associação não previa o ingresso na UE, apenas a abertura do mercado ucraniano através da redução das barreiras comerciais (ASMUS, 2010; KUZIO, 2012; SAKWA, 2016).

Contudo, devido à importância estratégica destas iniciativas, forças internas e externas engessaram seu prosseguimento. Alguns fatores internos condicionaram este processo dentre eles o baixo apoio entre os ucranianos, sobretudo em relação a adesão na OTAN, e a resistência parlamentar interna liderada por Yanukovich. Em relação aos fatores externos, nos EUA, o presidente George W. Bush, grande incentivador da aproximação com a Ucrânia, foi substituído

⁹ A Parceria Oriental foi lançada na Cimeira da UE de Praga em 2009 pode ser compreendida como a divisão oriental específica da Política Europeia de Vizinhança (PEV) lançada em 2004 que visa o estreitamento das relações políticas e integração econômica com os Estados do Norte da África, além dos Estados da Europa Oriental. Atualmente, 16 Estados fazem parte da PEV: Argélia, Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Egito, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Moldávia, Marrocos, Síria, Tunísia, Ucrânia, além das regiões da Palestina (EUROPEAN UNION-EU, 2016).

pela por Barack Obama que, na tentativa de recompor as relações com a Rússia, conferia maior prioridade às percepções de Moscou (KUZIO, 2012). No mesmo sentido, no seio da UE e da OTAN, Alemanha, Itália, França e Bélgica mostraram-se contrárias à expansão de ambas instituições, considerando atitudes arriscadas, sobretudo quando se considerava a contrariedade da Rússia em relação ao tema (KUZIO, 2012; MEARSHEIMER, 2014; VISENTINI, 2017). A possibilidade de a Ucrânia ingressar na aliança militar representaria uma ameaça direta aos interesses e à segurança de Moscou, conforme enfatizado por Putin na Cúpula de Bucareste em 2008 (LARRABEE; WILSON; GORDON, 2015; KUZIO, 2012).

Apesar dos avanços do governo “laranja”, devido a rivalidades internas entre Yushchenko e a primeira-ministra Tymoshenko, a credibilidade do governo foi progressivamente solapada, sem apresentar resultados condizentes com as expectativas dos ucranianos que foram às ruas em 2004 (LARRABEE, 2010). Somado a isto, casos de corrupção envolvendo ambas personalidades políticas afastaram o eleitorado da proposta pró-Occidente que Yushchenko representava, contribuindo, para a eleição de Viktor Yanukovich para primeiro-ministro e após presidente, em 2006 e 2010 respectivamente (MANKOFF, 2009; MENON; RUMER, 2015). Apesar da reviravolta política, Yanukovich enfrentou dilemas que evidenciaram mais uma vez a profundidade da divisão interna do país, dividido entre a Rússia e o Occidente.

3.3 A CRISE UCRANIANA DE 2014 E A DISPUTA ENTRE RÚSSIA E O OCIDENTE

O mais recente marco na ampla disputa entre a Rússia e o Occidente pela Ucrânia foi a assim chamada Crise Ucraniana, iniciada ainda no final de 2013, mas que tomou proporções internacionais em 2014, afetando o sistema de relações no continente e até mesmo em seu aspecto mais amplo, sistêmico. Tal crise teve seu estopim após manifestações populares tomarem Kiev em protesto pelos baixos avanços em termos políticos e econômicos do país. A postergação de uma aproximação com a UE, em favor da Rússia, levou ao fim do governo de Viktor Yanukovich e à série de instabilidades internas na Ucrânia, cujo ápice foi a anexação da Crimeia pela Rússia, em fevereiro de 2014 (MENON; RUMER, 2015). Conflitos se desenrolam até os dias atuais nas províncias separatistas do Leste, onde há um maior apoio à posição russa, o que coloca novamente em foco as divisões no seio da sociedade ucraniana, assim como durante a Revolução Laranja, apesar de agora tomar proporções bélicas. Mais que isto, para entender a

Crise Ucraniana de 2014, faz-se necessário pensar no aprofundamento da disputa internacional entre a Rússia e o Ocidente, aqui representados pela UE e a OTAN.

Viktor Yanukovich havia sido eleito novamente para presidente da Ucrânia em 2010, vencendo sua rival, e antiga primeira-ministra de Yushchenko, Yulia Tymochenko. Conforme apresentado anteriormente, Yanukovich representava a classe política cuja base eleitoral estava nas regiões do Leste da Ucrânia, onde habita grande porcentagem de russos étnicos caracterizados por vínculos políticos, identitários e econômicos com o país vizinho (MENON; RUMER, 2015). Em 2010, Yanukovich revertia a guinada ocidentalista de Yushchenko, e desta forma estreitou as relações com Moscou no plano internacional (TSYGANKOV, 2015). Nos quatro anos de seu governo até a Crise Ucraniana de 2014, Yanukovich manteve uma política externa “multivetorial” e buscou estabelecer boas relações tanto com a Rússia quanto com o Ocidente, sobretudo com a UE (KUZIO, 2012; LARRABEE, 2010; PÉTINIAUD, 2017). Iniciativas com a UE já haviam sido feitas no governo de Yushchenko, e Yanukovich deu certa continuidade às relações com o bloco econômico, ao mesmo tempo em que negou qualquer intenção de integrar a OTAN, satisfazendo os anseios de Moscou (KUZIO, 2012; MENON; RUMER, 2015). Contudo, entre as relações com a UE e a Rússia, a influência e os interesses de Moscou foram privilegiados.

As relações entre a Rússia e a Ucrânia durante os primeiros anos do mandato de Yanukovich foram marcadas por dois condicionantes importantes que de certa maneira influenciaram os eventos de 2014: a renovação dos acordos a respeito da base militar de Sebastopol na Crimeia, e as propostas russas para que a Ucrânia ingressasse na União Aduaneira, formada pela Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão, embrião da futura UEE (TSYGANKOV, 2015). O primeiro condicionante, os chamados “Acordos de Kharkiv” de 2010, estenderam a permanência da Frota Russa do Mar Negro na base de Sebastopol de 2017 até 2042, permitindo assim que a Rússia utilizasse as estruturas militares ao longo destes anos (DELANOË, 2014b). Contudo, tais acordos geraram críticas parlamentares por parte da oposição ucraniana contrária à Rússia, uma vez que, segundo tais críticas, acordos de tal envergadura deveriam passar pela escolha popular, e não decididos unicamente pelo presidente (KUZIO, 2012). O segundo condicionante, referente à maior integração econômica no âmbito da União Aduaneira, foi favorecido pelo distanciamento da EU, devido as críticas da instituição sobre o governo Yanukovich, considerado cada vez menos democrático após condenar e prender Tymoshenko,

principal opositor político, em 2011 (ALLISON, 2014; KUZIO, 2012). Em compensação, a Rússia buscou atrair a Ucrânia para sua iniciativa econômica, oferecendo incentivos nos preços das exportações de gás que se dirigem ao país (TSYGANKOV, 2015).

A Crise Ucraniana de 2014 foi desencadeada justamente pelo duplo direcionamento da política externa ucraniana durante o governo de Yanukovich (MENON; RUMER, 2015). Os acontecimentos consequentes desta crise demonstraram a frágil posição de Estados menores localizados na intersecção dos interesses conflitantes de dois grandes atores internacionais, a Rússia e a UE (GÖTZ, 2016, SAKWA, 2016). Em fins de 2013, Yanukovich se encontrava dividido entre duas propostas, uma oferecida pela UE para aprofundar a parceria econômica no âmbito da Parceria Ocidental, e a outra pela Rússia, que oferecia um empréstimo de US\$15 bilhões, 25% de desconto nos preços do gás, e a aproximação com a União Aduaneira (MENON; RUMER, 2015). O presidente ucraniano acabou finalmente por aceitar a proposta financeira da Rússia, postergando as iniciativas para a adesão na EU, no que parecia ser uma vitória definitiva para Moscou.

Contudo, o adiamento de uma maior aproximação com a UE foi recebido pela população ucraniana com fortes críticas. Tal atitude representava a perda de um sonho, de uma oportunidade capaz de gerar progresso político e econômico, o que resultou na indignação popular e nos protestos que tomaram o centro de Kiev, na Praça Maidan (MENON; RUMER, 2015). Os protestos tomaram proporções nacionais e internacionais, com a interferência de lideranças e ONGs ocidentais, além do suporte russo ao presidente Yanukovich. No início de 2014 o conflito já havia escalado e confrontos entre manifestantes e forças policiais do governo se tornaram comuns, radicalizando progressivamente os discursos e as ações públicas (MENON; RUMER, 2015). Após uma série de pressões populares, o presidente Yanukovich fugiu de Kiev em direção às regiões do Leste e de lá para a Rússia (TSYGANKOV, 2015). Uma vez vaga a presidência da Ucrânia, o Parlamento Ucraniano nomeou Petro Poroshenko, o magnata “Rei do Chocolate”, como presidente interino do país, cujo discurso era fortemente nacionalista e favorável aos países do Ocidente. Novamente a Rússia percebia seus interesses ameaçados por lideranças ucranianas pró-ocidentais que colocaram em risco a manutenção das relações de subordinação entre Moscou e Kiev.

Nesta conjuntura e na esteira dos acontecimentos em Kiev, a Rússia agiu rapidamente para assegurar o controle da Península da Crimeia em fevereiro de 2014. Forças militares sem

identificação tomaram o controle dos principais prédios públicos na Crimeia e interromperam as ligações terrestres com o restante da Ucrânia (MENON; RUMER, 2015). A ação surpreendeu a muitos analistas pela alta rapidez e eficiência das tropas em serviço, e as consequências envolvendo o referendo de 16 de março de 2014 e a posterior incorporação da Crimeia aos territórios da Rússia demonstraram que os objetivos estratégicos da operação haviam sido alcançados com pouca resistência (BESEMERES, 2016; LARRABEE; WILSON; GORDON, 2015). No entanto, as ações russas na Crimeia geraram discussões acerca do evento, posicionando de lados opostos aqueles que argumentam que a Rússia agiu de forma imperialista ao anexar a Crimeia, e aqueles que argumentam em favor da reintegração, de um retorno ao território russo, dos povos etnicamente russos que habitam a região. Aqui cabe salientar o próprio emprego dos termos “anexação” e “reintegração”, vinculados cada qual com uma interpretação distinta e conflitante.

De acordo com a interpretação de Kiev, a Rússia violou sua integridade nacional e sua soberania ao “anexar” os territórios da Crimeia, de forma imperialista, o que comprovou a visão ucraniana de que a Rússia é uma potência expansionista. Desta maneira, o governo pós-Maidan em Kiev encontrou condições para fortalecer sua legitimidade interna, de cunho nacionalista, ao mesmo tempo em que pôde se aproximar do Ocidente e das instituições euro-atlânticas em busca de suporte econômico e militar. Em consonância com o discurso ucraniano, os países do Ocidente perceberam as ações de Moscou como uma ameaça direta à segurança do continente e, em termos gerais, da própria ordem mundial do pós-Guerra Fria (ALLISON, 2014; MENON; RUMER, 2015). Imagens de uma Rússia revisionista e ameaçadora se tornaram comuns no pensamento ocidental, chegando ao ponto de compararem a Rússia com a Alemanha nazista, como nas declarações da ex-Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton (BESEMERES, 2016).

Por outro lado, na concepção de Moscou, as ações na Crimeia podem ser justificadas pela posição defensiva que a Rússia assume face ao avanço ofensivo das instituições euro-atlânticas que cercam o país (ALLISON, 2014). Os eventos envolvendo a fuga e a substituição de Yanukovich em fevereiro de 2014, de acordo com o discurso do Kremlin, criaram condicionantes que colocaram em perigo o bem-estar das populações etnicamente russas na Ucrânia, sobretudo na Crimeia (ALLISON, 2014). Desta maneira, para evitar que as populações russas sofressem represálias pela “ascensão de forças nacionalistas, neonazistas, russofóbicas e antisemitas” (PUTIN, 2014a), no discurso do Kremlin, a Rússia se viu obrigada a agir para

proteger seus nacionais no país vizinho. Tal discurso está fortemente embasado na concepção de um “Mundo Russo”, onde cabe à Rússia a proteção de seus nacionais fora do país, principalmente no antigo espaço soviético (MENON; RUMER, 2015), dispersos após o colapso da URSS, “o maior desastre do século passado”, frase célebre de Putin (2005).

Neste sentido, de acordo com o Kremlin, as ações na Crimeia representaram a “reintegração” dos nacionais russos à “Pátria-Mãe Russa” (LARUELLE, 2015). Esta visão reforça as novas bases da política externa iniciadas em 2012, a qual está fundamentada em um discurso identitário e civilizatório, cabendo à Rússia o posto de principal defensora da civilização russa, como visto no primeiro capítulo deste trabalho (TSYGANKOV, 2016). O discurso de Vladimir Putin para a Assembleia Federal após o referendo e a “reintegração” da Crimeia em 2014, explicita a concepção do Kremlin acerca dos eventos:

Nos corações e mentes do povo, a Crimeia sempre foi uma parte inseparável da Rússia. Essa forte convicção está fundamentada na verdade e na justiça e foi passada de geração em geração, ao longo do tempo, sob quaisquer circunstâncias, apesar de todas as mudanças dramáticas que nosso país atravessou durante todo o século XX¹⁰ (PUTIN, 2014a, tradução nossa, grifo nosso).

Na sequência dos acontecimentos na Crimeia, as regiões do Leste da Ucrânia, áreas de maioria russa, não aceitaram a destituição de Yanukovich e se tornaram resistência ao novo governo em Kiev, alcançando o extremo ao declararem suas independências. As repúblicas separatistas de Donetsk e de Lugansk, a partir daquele momento, passaram a contestar a integridade territorial da Ucrânia e o poder do governo central em Kiev, mantendo relações favoráveis com a Rússia e demonstrando intenções de seguir os mesmos passos que a Crimeia, em busca da integração ao Estado vizinho (MENON; RUMER, 2015). Novamente fatores discursivos e identitários foram empregados por Moscou em defesa de ambas províncias, conferindo assistência militar aos separatistas (apesar de não admitida inicialmente) contra as tropas do governo ucraniano (MENON; RUMER, 2015). No entanto, diferente da Crimeia, a Rússia demonstrou resistência à ideia de incorporação das regiões separatistas ao território russo (LARUELLE, 2015), defendendo uma maior autonomia política e econômica para estas regiões

¹⁰ No original: “In people’s hearts and minds, Crimea has always been an inseparable part of Russia. This firm conviction is based on truth and justice and was passed from generation to generation, over time, under any circumstances, despite all the dramatic changes our country went through during the entire 20th century” (PUTIN, 2014a).

na estrutura administrativa da Ucrânia, apesar de resistências de Kiev durante as negociações¹¹ acerca da solução do conflito (ALLISON, 2014; BESEMERES, 2016).

Apesar da situação na Crimeia estar relativamente definida, confirmado o controle e incorporação *de facto* ao território russo, a questão das repúblicas separatistas do Leste permanece central para o governo ucraniano até os dias atuais. Mais do que impedir a integridade territorial ucraniana, os acontecimentos em Donetsk e Lugansk se inserem em disputas estratégicas maiores, novamente entre a Rússia e as instituições euro-atlânticas do Ocidente. A Crise Ucraniana desta forma pode ser compreendida a partir de seu aspecto sistêmico e mais amplo ao considerá-la como um aprofundamento e sobreposição dos interesses da Rússia e do Ocidente, cujas raízes nos levam à Revolução Laranja de 2004. De acordo com Cross (2015) e Mearsheimer (2014), o atual estado de relações no continente europeu teve como causa a desconsideração pelas instituições euro-atlânticas dos interesses russos em sua tradicional esfera de influência, em um avanço considerado como irresponsável.

Dada a importância da Rússia na segurança europeia, era importante que as nações ocidentais se esforçassem para atender ao desejo de Moscou de garantir um papel apropriado na comunidade e instituições de segurança europeias¹² (CROSS, 2015, p. 17, tradução nossa).

Os acontecimentos de 2014 representaram novamente a divisão interna entre grupos políticos ucranianos no sentido identitário, mas sobretudo em relação à política externa do país. De um lado, havia a opção pelo aprofundamento da cooperação com a UE; do outro, o projeto de integração econômica liderado pela Rússia, a UEE (MENON; RUMER, 2015). Assim como salientado por Tsygankov (2015), o sucesso da iniciativa russa dependia em grande medida da integração da Ucrânia ao bloco econômico, tanto devido às capacidades produtivas do país, como devido aos laços identitários que ligam os dois Estados, cada vez mais importante na política externa da Rússia. Ainda na visão do autor, os acontecimentos demonstraram o distanciamento da identidade ucraniana dos valores ligados à Rússia, em favor daqueles ligados ao Ocidente,

¹¹ Dentre as principais iniciativas podemos destacar os Acordos de Minsk I (setembro de 2014) e Minsk II (fevereiro de 2015) entre os líderes do Quarteto da Normandia (Ucrânia, Rússia, Alemanha e França) em Minsk, capital da Bielorrússia. Apesar dos esforços das lideranças europeias, tanto a Ucrânia quanto a Rússia permanecem resistentes em suas posições, em que Kiev se recusa a aumentar a autonomia das regiões separatistas, proposto por Moscou (LARRABEE; WILSON; GORDON, 2015; TSYGANKOV, 2015).

¹² No original: “Given Russia’s significance in European security, it was important for Western nations to strive toward meeting Moscow’s desire for securing an appropriate role in the European security institutions and community” (CROSS, 2015, p. 17).

representando mais uma etapa na disputa entre identidades divergentes que ocorre desde a independência da Ucrânia (TSYGANKOV, 2015).

Somado a isto, considerações político-militares em nível sistêmico estiveram presentes no desenrolar da Crise Ucraniana de 2014. Na percepção de Moscou, a expansão da UE conduziria consequentemente à expansão da OTAN – como ocorrido com os países da Europa Central –, percepção fortalecida sobretudo após a convergência nas políticas externas e de segurança entre as duas instituições euro-atlânticas a partir da Política de Defesa e Segurança Comum, estabelecida pelo Tratado de Lisboa em 2007 e implementada em 2009 (SAKWA, 2016). O ingresso da Ucrânia na UE e na OTAN seria o pior cenário para a Rússia. Deste modo, ao manter o conflito congelado nas regiões separatistas da Ucrânia, a integridade territorial da mesma é colocada em cheque e, portanto, veda-se a possibilidade de ingresso do país tanto na UE quanto na OTAN, dado que um dos requisitos é justamente não possuir disputas territoriais (ALLISON, 2014; PÉTINIAUD, 2017). Conforme será apresentado no capítulo a seguir, tal estratégia se insere na política externa da Rússia para toda a região do Mar Negro em contraposição ao avanço das instituições euro-atlânticas na região.

4 A POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA O MAR NEGRO FACE À EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES EURO-ATLÂNTICAS

Ao longo da história, o Mar Negro representou um importante corredor de contato entre diversos povos, seja através das migrações, seja através das rotas comerciais que por ali passavam. Desta forma, o Mar Negro corresponde a um dos mais estrategicamente importantes cruzamentos geográficos do planeta, ligando Leste e Oeste, Norte e Sul, Ocidente e o Oriente (CROSS, 2015). Tal importância estratégica justifica a disputa constante entre grandes potências pelo controle da região, buscando se beneficiar da facilidade de projeção de forças na Europa, Ásia e Oriente Médio (CROSS, 2015). É a partir deste panorama que é possível compreender os imperativos existentes na disputa entre Rússia e as instituições euro-atlânticas no Mar Negro, onde Moscou tem adotado uma política externa cada vez mais assertiva como forma de assegurar seus interesses regionais. Acima de tudo, o Mar Negro representa para a Rússia a “janela” para os mares quentes do Mediterrâneo e dos oceanos globais, onde ela seria capaz de projetar seu poder marítimo através do globo (DELANOË, 2014c). Contudo, a partir dos últimos anos, a região do Mar Negro tem se tornado palco da disputa entre arquiteturas de segurança regionais divergentes, uma partindo das instituições euro-atlânticas, e outra sob a liderança de Moscou (DELANOË, 2014c).

Para compreender de que maneira a política externa da Rússia para o Mar Negro se enquadra nesta disputa mais ampla face ao Ocidente, em um primeiro momento é analisado de que maneira a Rússia tem utilizado aspectos identitários e políticos para justificar o envolvimento em conflitos na região do Mar Negro que permanecem estagnados. Em um segundo momento, cabe a compreensão da vantagem estratégica representada pelo controle da Crimeia e as implicações disto para a projeção de forças da Rússia face ao avanço do Ocidente. Por fim, as iniciativas formuladas pelas instituições euro-atlânticas para a região são analisadas como consequências e condicionantes nesta disputa por influências que existe atualmente na região.

4.1 OS “CONFLITOS CONGELADOS” COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA

A política externa da Rússia para a região do Mar Negro¹³ é fruto das percepções de Moscou a respeito do sistema internacional, mas sobretudo de seu entorno estratégico, formado pelas repúblicas do antigo espaço soviético. Em termos de política externa, como já apresentado, a Rússia percebe que o sistema internacional se configura cada vez mais em direção à multipolaridade e, desta forma, cabe à Rússia se consolidar como um dos polos de poder neste novo cenário internacional (TSYGANKOV, 2016). A política externa implementada por Putin em 2000 e aprofundada a partir de 2012 vai no encontro de tal ideia ao buscar restabelecer as capacidades de poder da Rússia e consolidar sua preponderância na região. Desta maneira, o entorno estratégico representado pelo antigo espaço soviético é percebido como a área natural de influência russa, onde seu poder e seus interesses vitais devem ser respeitados e mantidos (CROSS, 2015). A partir deste entendimento, o ex-presidente Dmitri Medvedev declarou que a região é considerada uma “zona de interesses privilegiados” para a Rússia, onde está disposta a utilizar os meios necessários para defender seus interesses vitais. Contudo, tal concepção estratégica é posta em desafio a partir da expansão das instituições euro-atlânticas em direção ao Leste e, mais precisamente, aos Estados localizados na região do Mar Negro (TUDOROIU, 2011).

Assim como a Ucrânia, e a Europa Oriental de um modo mais amplo, o Mar Negro se coloca atualmente como palco das disputas entre os interesses da Rússia e do Ocidente (TUDOROIU, 2011). As progressivas fases de expansão da UE, seguidas de perto pela expansão da OTAN em direção aos países da região, aproximaram as estruturas político-militares euro-atlânticas das fronteiras russas (CROSS, 2015; DUNN; BOBICK, 2014). Dois momentos devem ser salientados aqui: a incorporação da Bulgária e da Romênia na OTAN em 2004 e a Cimeira de Bucareste em 2008, quando houve propostas para a integração da Ucrânia e da Geórgia na OTAN (TOUCAS, 2017b). Na concepção estratégica da Rússia, os Estados desta “zona de interesses privilegiados” devem ser mantidos sob sua influência como uma zona-tampão entre a Rússia e as

¹³ A própria delimitação da região do Mar Negro extrapola critérios propriamente geográficos, ao considerar também as relações históricas e a proximidade entre os Estados. Conforme a Comissão Europeia (2007), fazem parte da região do Mar Negro: Grécia, Bulgária, Romênia, Moldávia, Ucrânia, Rússia, Geórgia, Azerbaijão, Armênia e Turquia.

instituições ocidentais, o que garante certa segurança para si e previne o contato direto entre estas (DELANOË, 2014a; MEARSHEIMER, 2014). Partindo desta percepção regional que a Rússia tem formulado sua política externa para o Mar Negro, buscando como objetivo principal, impedir a expansão tanto da UE quanto da OTAN em direção às suas fronteiras, o que colocaria a sua segurança em risco (CROSS, 2015). Tal concepção é reforçada no Conceito de Política Externa da Rússia, publicado em 2016:

A Federação Russa mantém sua perspectiva negativa acerca da expansão da OTAN, a aproximação das infraestruturas militares da OTAN às fronteiras russas, e a sua crescente atividade militar nas regiões vizinhas à Rússia, percebendo-as como uma violação do princípio da segurança igualitária e indivisível, levando ao aprofundamento de velhas linhas divisórias na Europa e à emergência de novas¹⁴ (RUSSIAN FEDERATION, 2016, tradução nossa).

A política externa utilizada por Moscou para manter sua preponderância na região do Mar Negro é caracterizada pela mistura de instrumentos políticos, econômicos e, nos casos mais críticos, em que seus interesses vitais são colocados em risco, o emprego de capacidades militares torna-se uma opção disponível (BUGAJSKI; DORAN, 2016a). Em última instância, através da utilização desta variedade de instrumentos busca-se influenciar as orientações internacionais dos Estados vizinhos, impondo pressões que os impeçam de sair da órbita da influência russa (DUNN; BOBICK, 2014). Em termos políticos, como apresentado no capítulo anterior, a Rússia estabelece relações de vassalagem e clientelistas com os governos da região, ligando-se a determinados grupos políticos que representem seus interesses tanto no interior destes Estados, quanto na esfera internacional (MERRY, 2015). Prática comum, a Rússia emprega suas capacidades financeiras e de propaganda em favor de lideranças favoráveis ao Kremlin, como Yanukovych no caso ucraniano.

Quando tais instrumentos políticos não são suficientes e lideranças com viés favorável aos interesses ocidentais ascendem ao poder nestes Estados, a Rússia utiliza meios disponíveis para influenciar e constranger suas orientações internacionais. Neste sentido, Moscou tem instrumentalizado as populações etnicamente ou linguisticamente russas espalhadas no interior

¹⁴ No original: “The Russian Federation maintains its negative perspective towards NATO’s expansion, the Alliance’s military infrastructure approaching Russian borders, and its growing military activity in regions neighboring Russia, viewing them as a violation of the principle of equal and indivisible security and leading to the deepening of old dividing lines in Europe and to the emergence of new ones” (RUSSIAN FEDERATION, 2016).

das antigas repúblicas soviéticas como justificativa para intervir em matérias de outros Estados (TOUCAS, 2017a). Sob a justificativa jurídica de salvaguardar a integridade humana de seus “compatriotas” no exterior, suportes político, econômico e principalmente militar são utilizados para manter a existência destas regiões separatistas e, desta forma, controlar os Estados-alvo ao negar suas integridades territoriais (DUNN; BOBICK, 2014). Mantendo os chamados “conflitos congelados”, a Rússia se torna capaz de estabelecer sua presença militar nestas regiões e assim instrumentalizar o medo e a ameaça de uma ação militar para condicionar as decisões políticas e assegurar sua preponderância regional (DUNN; BOBICK, 2014; TUDOROIU, 2011).

Moscou tende a assumir uma postura de direitos em sua assim chamada “zona de interesses privilegiados”, e não tem sido capaz de lidar com a Geórgia ou Ucrânia (ou outros vizinhos) como nações genuinamente soberanas e merecedoras de autonomia completa da influência e controle da Rússia¹⁵ (CROSS, 2015, p. 8, tradução nossa).

A região do Mar Negro tem se caracterizado por uma miríade de conflitos congelados, como os casos da Transnístria na Moldávia, da Ossétia do Sul e da Abecásia na Geórgia, de Nagorno-Karabakh entre Armênia e Azerbaijão, e mais recentemente, das regiões separatistas de Donetsk e Lugansk e a Crimeia na Ucrânia (MONGRENIER, 2016). Tais casos podem ser reunidos em um grupo próprio como conflitos congelados, uma vez que compartilham semelhanças históricas, relacionadas aos processos de independência nos anos 1990 durante a dissolução da URSS, com exceção dos casos ucranianos contemporâneos (TUDOROIU, 2011). Na Figura 2 é possível identificar tais conflitos na região do Mar Negro:

¹⁵ No original: “Moscow tends to assume a posture of entitlement in its so-called ‘zone of privileged interests’, and has not been able to deal with Georgia or Ukraine (or other neighbours) as genuinely sovereign nations deserving status of complete autonomy from Russian influence and control” (CROSS, 2015, p. 8).

Figura 2 - “Conflitos congelados” na região do Mar Negro



Fonte: adaptado de Limonier (2010, p. 70).

Com exceção dos casos ucranianos, isto é, das repúblicas separatistas de Donetsk e Lugansk e da Crimeia, os demais casos são consequências de movimentos separatistas durante os processos de independência na região da antiga URSS (TUDOROIU, 2011). No desenrolar destes processos, a Rússia desempenhou um papel importante em apoio às forças separatistas, cujos Estados, não coincidentemente, foram aqueles que resistiram permanecer na esfera de influência da Rússia após 1991, como a Geórgia e a Moldávia (TUDOROIU, 2011). Neste sentido, torna-se claro o objetivo propriamente político da Rússia para a região em relação a estes conflitos, uma vez que Moscou desempenha papel importante ao fornecer suporte político, econômico e militar em cada um dos casos. Assim, o próprio desenrolar dos eventos condicionou a entrada de países

como a Geórgia, Moldávia e Azerbaijão¹⁶ nas organizações internacionais lideradas pela Rússia no espaço da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) que, face aos conflitos congelados e a presença militar russa, se viram obrigados a integrar tais instituições internacionais.

Parte da política externa da Rússia para o Mar Negro, neste sentido, tem buscado manter os Estados da região em uma situação de “instabilidade controlada”, caracterizada pela permanência latente destes conflitos, o que dificulta desta maneira o desenvolvimento estatal das repúblicas pós-soviéticas (SOCOR, 2004). Ao negar a integridade territorial destes Estados, os conflitos congelados “[...] drenam recursos econômicos e energia política destes países frágeis e sociedades empobrecidas [...] [e] impossibilitam a consolidação dos Estados-nação”¹⁷ (SOCOR, 2004, p. 127, tradução nossa). Iniciativas para a execução de reformas estruturais por parte destes Estados são dificultadas devido à própria situação de instabilidade territorial, agravada pela presença militar de forças russas em “defesa dos compatriotas russos” que habitam estas regiões. Por exemplo, tanto a Ossétia do Sul quanto a Abecásia foram integradas econômica e militarmente às estruturas da Rússia, e atualmente servem de base para as atividades militares do país na região do Mar Negro (GERRITS; BADER, 2016).

A manutenção desta “instabilidade controlada” é parte da política externa russa para a região e está alinhada com a disputa regional por áreas de influência entre esta e as instituições euro-atlânticas. Com o progressivo avanço tanto da UE quanto da OTAN em direção ao Leste, Moscou tem instrumentalizado estes conflitos congelados para criar empecilhos na consecução das reformas estruturais necessárias para o ingresso nestas duas instituições (TUDOROIU, 2011). Como já salientado, justamente aqueles Estados que resistem à influência de Moscou e buscam se aproximar do Ocidente como contramedida, são os mesmos que enfrentam situações de separatismos apoiados pela Rússia. Com este cenário arriscado, o ingresso destes países nestas instituições se torna improvável e indesejado, além de que, como já salientado, a ausência de disputas territoriais é requisito para o acesso a ambas instituições ocidentais (PÉTINIAUD,

¹⁶ No caso de Nagorno-Karabakh entre Armênia e Azerbaijão, a Rússia tem adotado uma política externa fortemente pragmática ao exercer grande influência sobre o governo azeri – em relação ao Mar Cáspio e às reservas energéticas – ao mesmo tempo em que mantém fortes laços políticos e militares com a Armênia. Tal situação coloca ambos Estados em disputa pelo suporte russo no conflito, mantendo-os na esfera de influência de Moscou (ALEXANDROVA-ARBATOVA, 2015).

¹⁷ No original: “[...] drain economic resources and political energies from these weak countries and impoverished societies [...] prevent the consolidation of their nation-states” (SOCOR, 2004, p.1)

2017). Países como Moldávia, Geórgia e Ucrânia são tomados como exemplos de situações em que a ascensão de governos pró-Occidente gerou pressões – e até mesmo interferência militar – por parte da Rússia para impedir a aproximação com o Ocidente.

O caso da Geórgia é emblemático, pois a disposição de ingressar na OTAN manifestada pelo presidente Mikheil Saakashvili resultou em última instância na Guerra Russo-Georgiana de 2008 (TSYGANKOV, 2016). Apesar de ter sido desencadeada no momento em que forças militares georgianas tentaram reconquistar os territórios da Ossétia do Sul, a ação da Rússia em apoio às forças separatistas sinalizou que Moscou estava disposta a utilizar todos os meios disponíveis para impedir a vitória do governo pró-Occidente em Tbilisi e, conseqüentemente, impedir o avanço da OTAN no antigo espaço soviético (TSYGANKOV, 2016). A assim chamada “Doutrina Medvedev” em relação ao antigo espaço soviético, e o emprego do conceito de “esfera de interesses privilegiados”, verbaliza a concepção da Rússia sobre a importância da região em seus cálculos estratégicos no que se refere ao avanço da UE e da OTAN (DELANOË, 2014a).

Na formulação desta política externa para o Mar Negro, a Crise Ucraniana de 2014 representa o mais recente episódio da lógica de manutenção da preponderância russa na região. Ao anexar a Crimeia e em seguida fornecer suporte logístico e militar para os separatistas de Donetsk e Lugansk, a Rússia cria obstáculos para que o novo governo em Kiev seja admitido nas instituições euro-atlânticas, além de impossibilitar que a Crimeia sirva de base para forças da OTAN em uma eventual aproximação da aliança com a Ucrânia (DELANOË, 2014b). Desde os acontecimentos de 2014, a Rússia tem buscado fortalecer sua posição militar na região do Mar Negro e fazer frente às forças da OTAN ali presentes através da Bulgária, Romênia e Turquia. Além dos laços históricos que ligam a Rússia à Crimeia, a anexação da península foi considerada um trunfo estratégico ao assegurar a preponderância política e militar da Rússia em relação aos Estados que fazem parte da região do Mar Negro.

4.2 CRIMEIA COMO PLATAFORMA DE PROJEÇÃO DE PODER RUSSO NA REGIÃO

A Crimeia possui um significado simbólico importante no imaginário russo, formado ao longo dos séculos por batalhas e celebrações importantes no interior da identidade da Rússia. A incorporação da península em 2014 representou não somente uma grande reconciliação

histórica¹⁸ e imaginária, mas principalmente um trunfo estratégico para a consecução da política externa da Rússia para o Mar Negro. Ao longo da história da Rússia, a Crimeia sempre desempenhou um papel importante no imaginário russo e na própria identidade nacional em termos simbólicos, mas também militares (LIMONIER, 2010).

Foi na antiga cidade grega na península que o Grã-Príncipe Vladimir se converteu ao cristianismo ortodoxo, além de batalhas importantes terem sido travadas na Crimeia durante a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a Segunda Guerra Mundial (SANDERS, 2012). Ambas guerras foram simbólicas para as Forças Armadas da Rússia ao representar a virtude e a resistência dos combatentes russos e, em relação à Guerra da Crimeia, a Crimeia serve de lembrança a respeito da derrota humilhante imposta à Rússia pelas grandes-potências ocidentais (LIMONIER, 2010; WOOD, 2015). Desta maneira, a Crimeia, e mais precisamente a cidade de Sebastopol, estão fortemente relacionadas à cultura militar da Rússia, o que explica o apoio interno quando a Rússia anexou a península em 2014, conforme salientado por Putin em um discurso para a Duma no mesmo ano:

Foi um evento de especial significado para o país e o povo, porque a Crimeia é onde nosso povo vive, e **a península detém importância estratégica para a Rússia como fonte espiritual do desenvolvimento de uma nação russa multifacetada, mas sólida, e de um Estado russo centralizado.** Foi na Crimeia, [...] que o Grão-Príncipe Vladimir foi batizado antes de trazer o Cristianismo para a Rus [Kievana]¹⁹ (PUTIN, 2014b, tradução nossa, grifo nosso).

Somado ao aspecto político e simbólico dos acontecimentos de 2014, o controle da Crimeia pela Rússia representou um trunfo estratégico na região, sobretudo em relação às forças militares da OTAN na região. O primeiro aspecto desta vantagem é justamente a posição geográfica da Crimeia no centro do Mar Negro, estando a poucos quilômetros de distância de todos os países litorâneos (DELANOË, 2014a). Neste sentido, a base militar de Sebastopol, palco

¹⁸ Após a dissolução da URSS, a discussão acerca do *status* da base de Sebastopol e da Crimeia dominou as relações entre a Rússia e a Ucrânia. Personalidades políticas importantes na Rússia afirmavam que a transferência da Crimeia para a República Socialista da Ucrânia em 1954, como um “presente” de Khrushchev pelos 300 anos de incorporação ao Império Russo, havia sido um grave erro cometido pelo líder soviético. Apesar da normalização das relações russo-ucranianas na década de 1990, a questão de Sebastopol e da Crimeia permaneceu como um atrito diplomático latente (ALLISON, 2014; WOOD, 2016).

¹⁹ No original: “It was an event of special significance for the country and the people, because Crimea is where our people live, and the peninsula is of strategic importance for Russia as the spiritual source of the development of a multifaceted but solid Russian nation and a centralized Russian state. It was in Crimea, in the ancient city of Chersonesus or Korsun, as ancient Russian chroniclers called it, that Grand Prince Vladimir was baptised before bringing Christianity to Rus” (PUTIN, 2014b).

de diversos conflitos ao longo da história russa e mundial, confirmou sua centralidade como plataforma de projeção de poder russo nas regiões adjacentes, como a Europa Oriental, o Oriente Médio e até mesmo o Mediterrâneo. O segundo aspecto está relacionado com o fato de que, com a anexação da Crimeia, a Rússia conquistou mais 1000 km do litoral do Mar Negro, somados aos cerca de 300 km do controle *de facto* da Abecásia (MONGRENIER, 2016). Um terceiro e último aspecto é que o controle da Crimeia tornou *de facto* o Mar de Azov em um mar interior russo ao controlar os dois lados do Estreito de Kerch e resolver a disputa com a Ucrânia pelas fronteiras marítimas (DELANOË, 2014b; MONGRENIER, 2016). Desta maneira, a Rússia evitou que tais águas fossem consideradas internacionais, o que permitiria a presença de forças navais da OTAN nas fronteiras diretas da Rússia (DELANOË, 2014a; 2014c).

Antes dos eventos de 2014, a Rússia já detinha o controle negociado da base naval de Sebastopol, a qual utilizava como base para a Frota do Mar Negro desde os tempos de Catarina, a Grande, no século XVIII. Preocupado com as capacidades de defesa da Rússia e consciente da expansão da OTAN em direção ao Leste, o presidente Putin iniciou um amplo programa de modernização militar 2011-2020 com o objetivo de adequar as Forças Armadas da Rússia às novas condições do sistema internacional (BOLTENKOV et al., 2011). Além da maior integração entre cada uma das Forças, a Rússia se viu obrigada a revitalizar um arsenal cuja construção havia sido durante os tempos soviéticos, defasado em relação às capacidades do Ocidente.

A Marinha Russa recebeu relevância neste programa de modernização militar com a construção de novas embarcações, mas sobretudo com o aprimoramento das infraestruturas militares em termos de portos e bases navais (DELANOË, 2014a). Neste contexto, a Frota do Mar Negro foi privilegiada em termos de renovação das embarcações militares²⁰ e, desde 2012, a base naval de Sebastopol passa por um processo de expansão e aprimoramento conjuntamente com os principais portos da região do Mar Negro, como o porto de Novorossisk, que a Rússia planeja transformar em uma base naval (CROSS, 2015; DELANOË, 2014c). Durante o período anterior à 2014, a Rússia estava condicionada pela Ucrânia em relação ao controle e as dimensões permitidas de aprimoramento da base naval de Sebastopol; entretanto, com a incorporação da

²⁰ Atualmente, a Frota Russa do Mar Negro conta com um cruzador de mísseis guiados (*Moskva*), um submarino clássico, três fragatas, seis embarcações anfíbias, além de algumas embarcações antissubmarinas e outras equipadas com pequenos mísseis ou artilharia (DELANOË, 2014c). Nos marcos do Plano de Modernização 2011-2020, está prevista a construção de 18 novas embarcações até 2020 com vistas a superar a defasagem militar da Frota do Mar Negro (BOLTENKOV et al., 2011).

Crimeia em março de 2014, a Rússia atualmente dispõe de liberdade para prosseguir e aprofundar as infraestruturas, além de controlar os demais portos da península (DELANOË, 2014c; SANDERS, 2012). Diferentemente dos portos russos existentes na costa caucasiana, os portos da Crimeia²¹ possuem profundidade suficiente para receber embarcações de grandes tonelagens, o que facilita a consecução dos objetivos do programa de modernização iniciado em 2011 (DELANOË, 2014c). Através desta modernização e da instalação de infraestruturas militares, a Crimeia se tornou o que acadêmicos chamam de “bastião estratégico” no principal acesso pelo Sul da Rússia, fortalecendo sua segurança internacional em termos relativos (DELANOË, 2014a).

Quando se considera a atual correlação de forças na região do Mar Negro, os acontecimentos da Crise Ucraniana resultaram numa mudança militar profunda em relação aos Estados litorâneos. A incorporação da Crimeia também foi acompanhada pela captura da frota ucraniana que estava estacionada na península, o que, somadas às capacidades russas, garantiu a predominância naval da Rússia no Mar Negro (CROSS, 2015). A Rússia se constitui atualmente como a segunda maior força naval na região, sobrepondo em números à soma das marinhas dos Estados vizinhos, com exceção da marinha da Turquia, que apesar de ser a maior na região, não é capaz de desafiar sozinha a capacidade da Rússia (BOGASJKI; DORAN, 2016a; CROSS, 2015). Desta forma, Moscou e Ancara estabeleceram um condomínio cooperativo pelo controle do Mar Negro, onde ambos Estados buscam restringir ingerências externas (DELANOË, 2014c; SANDERS, 2012). Apesar de a Frota do Mar Negro permanecer uma marinha de “águas verdes²²”, a Rússia tem expandido sua presença naval no Mediterrâneo Oriental e no Mar Índico (MONGRENIER, 2016; SANDERS, 2012). Tal conjuntura demonstra o aumento nas capacidades militares russas após a incorporação da Crimeia que, a partir de 2014, tem servido como base de projeção russa nas regiões adjacentes, demonstrado ao longo do envolvimento direto na Guerra da Síria a partir de 2015 (DELANOË, 2014c).

Dando continuidade aos objetivos regionais de sua atuação internacional, mas também conforme as bases de sua política externa, a Rússia tem expandido sua presença e influência nas

²¹ Além do porto de Sebastopol, outros portos apresentam condições favoráveis para os objetivos navais da Rússia: Eupatória, Teodósia e Kerch (DELANOË, 2014c).

²² De acordo com Mongrenier (2016, p. 62), partindo da classificação americana, marinhas de “águas verdes” refere-se àquelas limitadas à defesa dos litorais, enquanto que marinhas “águas azuis” são aquelas capazes de operar em alto-mar.

regiões adjacentes ao Mar Negro, em busca de expandir seu *status* como potência regional. A região que melhor presenciou as novas capacidades russas foi o Oriente Médio, onde a Rússia consolidou-se como ator essencial nas dinâmicas regionais sobretudo a partir de 2015 (STEPANOVA, 2018). O envolvimento militar direto na Guerra da Síria a partir de 2015 demonstrou a capacidade militar relativa da Rússia no Oriente Médio e a utilidade da Crimeia como ponto logístico para reabastecimento e reparo das embarcações. Em um contexto de desengajamento dos EUA na região, a Rússia tem expandido sua influência progressivamente em termos diplomáticos, econômicos e militares com os países do Oriente Médio (MONGRENIER, 2016; STEPANOVA, 2018).

Os objetivos da política externa da Rússia para a região do Mar Negro se desdobram em outra questão importante estrategicamente: o acesso russo ao Mediterrâneo e aos “mares quentes” (MONGRENIER, 2016). Apesar das restrições impostas pelos Estreitos Turcos, a Rússia tem buscado estabelecer sua presença naval permanentemente no Mediterrâneo Oriental, o que provoca disputas com forças da OTAN que percebem com resistência esta expansão (BOGASJKI; DORAN, 2016a). O acesso e a presença de forças navais russas na região auxiliam na consecução do objetivo primário de prevenir a entrada de forças rivais no Mar Negro e proteger desta maneira a fronteira Sul da Rússia (DELANOË, 2014a; PÉTINIAUD, 2017). A partir do conceito de “bastião estratégico sul”, a Rússia tem posicionado capacidades²³ de antiacesso e de negação de área na Crimeia que são capazes de cobrir boa parte da região, desde o litoral da Romênia, a fronteira meridional da Ucrânia, até o litoral turco, restringindo desta maneira a autonomia das forças da OTAN na região e assegurando a defesa do flanco meridional do território russo (CROSS, 2015; DELANOË, 2014a; MONGRENIER, 2016). Consciente das exigências logísticas exigidas para esta nova projeção de forças, Moscou busca acordos e facilidades navais no Egito, e até mesmo na Grécia e no Chipre, membros da OTAN, complementando as facilidades já existentes no porto de Tartus, na Síria (NIKOLSKY, 2018).

A partir da nova posição relativa no sistema internacional, a Rússia pôde dar continuidade a sua política externa para o Mar Negro ao se estabelecer como potência regional preponderante, além de satisfazer os objetivos gerais da política externa iniciada por Putin, os quais buscam consolidar Moscou como um dos polos de poder no sistema internacional. Apesar das vantagens

²³ Dentre as capacidades posicionadas na Crimeia, figuram mísseis S-300, S-400, e Iskander, capazes de carregar munições convencionais assim como nucleares, complementados com capacidades antinavio e antissubmarino (DELANOË, 2014a).

conquistadas após os acontecimentos da Crise Ucraniana de 2014, a Rússia permanece desafiada pelas instituições euro-atlânticas na região do Mar Negro (e progressivamente no Mediterrâneo Oriental), o que incentiva uma maior competição entre os atores e fortalece a percepção de insegurança entre os Estados litorâneos. Tal conjuntura requisita um maior engajamento militar da OTAN em defesa dos Estados aliados da Europa Oriental, como a Bulgária e a Romênia, que urgem por essa segurança.

4.3 RESPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES EURO-ATLÂNTICAS FACE À RÚSSIA NO MAR NEGRO

Localizado no flanco oriental das instituições euro-atlânticas, a região do Mar Negro atualmente se constitui como uma das principais linhas de fricção entre o Ocidente e a Rússia (CROSS, 2015). Nos últimos anos o Mar Negro tem recebido atenção de ambos os lados desta disputa e levanta questões sobre a efetividade e a necessidade da expansão da UE e da OTAN em direção cada vez mais ao Leste, ao mesmo tempo em que as ações de política externa da Rússia se tornam cada vez mais assertivas e militarizadas. Tal conjuntura cria incentivos para que membros das instituições ocidentais, principalmente Romênia e Bulgária, demandem maior engajamento militar a fim de assegurar suas defesas face à possibilidade que o Mar Negro se torne novamente um “lago russo”, como durante a Guerra Fria (BUGAJSKI; DORAN, 2016a). A presença militar, tanto das organizações euro-atlânticas quanto da Rússia, posiciona o Mar Negro no centro da disputa por influência no continente euroasiático, em um jogo de soma-zero ilustrado pelos acontecimentos na Ucrânia e na Geórgia.

Os fundamentos da atual disputa no Mar Negro datam da progressiva expansão tanto da UE quanto da OTAN em direção aos antigos países do Pacto de Varsóvia e às antigas repúblicas soviéticas. Como já apresentado, tal avanço em direção ao Leste gerou percepções de insegurança pela Rússia que considerava este avanço como sendo ofensivo e contrário aos seus interesses na região, sendo parte de uma estratégia deliberada de cercar ou enfraquecer o país (CROSS, 2015). Tanto a Guerra da Geórgia de 2008, e principalmente a Crise Ucraniana de 2014 se inserem nesse contexto e representaram pontos críticos das relações continentais. Como apresentado no capítulo anterior, a criação pela UE da Política Europeia de Vizinhança (PEV), e principalmente da Parceria Oriental em 2009, objetivava expandir o bloco ainda mais, mesmo após a entrada em

2004 de dez novos membros da Europa Central (Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Áustria e Hungria), do Báltico (Estônia, Letônia e Lituânia), além de Chipre e Malta. Na concepção de Bruxelas, a expansão da instituição e o fortalecimento de laços com os antigos países comunistas gerariam maior prosperidade econômica e política na transição completa para a economia capitalista, além de fortalecer e difundir a democracia liberal nestes países (MENON; RUMER, 2015).

Contudo, o projeto de integração europeu acaba por se chocar com o projeto euroasiático, a UEE, liderada pela Rússia. Partindo de concepções políticas divergentes, entre o capitalismo “soberano” da Rússia e o capitalismo liberal da UE, os países da Europa Oriental são disputados em termos econômicos e sobretudo políticos (ALEXANDROVA-ARBATOVA, 2015). Desta maneira, tais países são vistos como uma fronteira para a expansão de ambas instituições, e se admitidos, representaria um largo avanço comercial em termos de recursos e de mercado consumidor. A disputa pela Ucrânia entre a UE e a UEE neste sentido não é mera coincidência: os acontecimentos de 2004 e 2014 demonstram a difícil situação do país dividido entre os dois projetos rivais de integração econômica (CHARAP; TROITSKIY, 2013; GÖTZ, 2016). Como salientado por Alexandrova-Arbatova (2015) e Mearsheimer (2014), ao longo dos últimos anos, a UE tem progressivamente se politizado como instrumento para a exportação de valores, normas e padrões para os países do antigo bloco comunista, a partir dos marcos da democracia liberal, o que colide diretamente com os interesses de Moscou.

A convergência em política externa e política de segurança entre a UE e a OTAN a partir de 2009 impôs novos condicionantes para as relações na região do Mar Negro (SAKWA, 2016). Até aquele momento a Rússia percebia a UE como instituição econômica que, apesar de concorrer com seus interesses econômicos na região, não representava ameaça a sua segurança internacional (GÖTZ, 2016). Com a Política de Defesa e Segurança Comum estabelecida pelo Tratado de Lisboa (2007), Moscou passou a considerar a expansão da UE como um antecedente para a posterior expansão da OTAN (GÖTZ, 2016; MEARSHEIMER, 2014). Não coincidentemente, o conflito militar entre a Rússia e a Geórgia em 2008 ocorreu justamente no contexto desta politização e militarização da UE ao lado da OTAN. Para muitos analistas, as ações de Moscou em favor da proteção das regiões da Ossétia do Sul e da Abecásia, pelo menos em discurso, na realidade buscaram sinalizar ao Ocidente que a Rússia agiria de forma assertiva para assegurar seus interesses regionais e impedir o avanço ocidental (CROSS, 2015;

MEARSHEIMER, 2014; SAKWA, 2016). Contudo, o estreitamento das relações entre as duas instituições euro-atlânticas tem sido reafirmado ao longo das últimas reuniões da OTAN, como consta na Declaração da Cimeira de Bruxelas (2018):

71. A OTAN reconhece a importância de uma defesa europeia mais forte e mais capaz. **O desenvolvimento de capacidades de defesa coerentes, complementares e interoperáveis, evitando duplicação desnecessária, é central em nossos esforços conjuntos de tornar a área euro-atlântica mais segura.** Tais esforços, incluindo desenvolvimentos recentes, levarão a uma OTAN mais forte, aumentarão nossa segurança comum, contribuirão para a divisão transatlântica de responsabilidades, auxiliarão a entregar capacidades necessárias, e apoiarão o aumento geral em gastos de defesa. Saudamos o chamado para futuro aprofundamento na cooperação OTAN-UE nas Conclusões do Conselho Europeu de junho de 2018²⁴ (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO, 2018, tradução nossa, grifo nosso).

No entanto, mesmo a expansão da UE e da OTAN em direção aos Estados do Mar Negro é colocada em dúvida, pois há entre os membros de ambas instituições uma forte divisão de posições. Em primeiro lugar, há divergências entre as posições dos EUA e dos Estados europeus, uma vez que a liderança americana é favorável à adesão de países como a Ucrânia e a Geórgia, posição não compartilhada por países como Alemanha, França e Bélgica que resistem em aceitar um novo avanço que deteriore ainda mais as relações continentais com a Rússia (MEARSHEIMER, 2014; VISENTINI, 2017). Na concepção da Alemanha, França, Noruega, Luxemburgo, Itália e Espanha, o avanço ainda mais ao Leste chocaria diretamente com os interesses da Rússia, o que poderia gerar instabilidade e insegurança no continente europeu (KUZIO, 2012). Vale destacar que Alemanha, França e Itália possuem profundas e lucrativas ligações comerciais e de investimento com a Rússia, além de dependerem fortemente do gás natural russo²⁵, o que justifica a apreensão e resistência sobre uma nova fase de expansão tanto da EU quanto da OTAN (ADAM, 2013; MENON; RUMER, 2015).

Por outro lado, os países da Europa Central e os Países Bálticos, localizados na fronteira oriental destas instituições, advogam intensamente em favor da inclusão da Ucrânia, Geórgia e

²⁴ No original: “NATO recognizes the importance of a stronger and more capable European defence. The development of coherent, complementary and interoperable defence capabilities, avoiding unnecessary duplication, is key in our joint efforts to make the Euro-Atlantic area safer. Such efforts, including recent developments, will lead to a stronger NATO, help enhance our common security, contribute to transatlantic burden sharing, help deliver needed capabilities, and support an overall increase in defence spending. We welcome the call for further deepening of NATO-EU cooperation in the European Council Conclusions of June 2018” (NATO, 2018).

²⁵ Os três países são fortemente dependentes da importação do gás russo, conforme dados de 2013: Alemanha importa da Rússia 40% de seu consumo; Itália, 19% e França 17% (MENON; RUMER, 2015).

Moldávia (LARRABEE, 2010). Devido aos laços históricos que os ligam ao passado comunista e influência da URSS, o sentimento rússofóbico nestes países é forte, e a percepção de insegurança é frequente, sobretudo após as ações russas na Ucrânia em 2014. Desta forma, tais Estados têm instrumentalizado o “perigo russo” e a possibilidade de uma invasão militar similar à da Crimeia, como justificativa para pressionar um maior envolvimento e presença militar da OTAN em seus territórios (MENON; RUMER, 2015). Assim, atualmente a OTAN enfrenta uma divisão interna entre membros mais antigos da Europa Ocidental, resistentes a novas admissões, e membros recentes da Europa Central e Países Bálticos, mais fervorosos por envolvimento militar e expansão com destaque para a Polônia, Lituânia e Romênia (MENON; RUMER, 2015).

Dado que a região do Mar Negro permaneceu por longo tempo sob a influência da Rússia, durante o Império Russo e durante a URSS, as relações dos Estados da região com Moscou apresentam diferenças sensíveis que afetam as dinâmicas regionais. Dos seis Estados litorâneos, três destes são membros da OTAN (Turquia, Bulgária e Romênia), o que torna ainda mais complexa a situação regional, dado que desde a incorporação da Crimeia, a Rússia possui uma fronteira marítima direta com a OTAN no Mar Negro, através da Romênia (BUGAJSKI; DORAN, 2016a; CROSS, 2015). Uma vez que somente a Turquia detém capacidades significativas na região, tanto a Bulgária quanto a Romênia dependem em grande medida da proteção da OTAN (e até certo ponto da Turquia) para sua segurança; contudo, a diferença nas relações entre Bucareste, Sofia e Ancara com a Rússia tem tornado difícil uma maior coordenação na área de defesa e segurança regional (BUGAJSKI; DORAN, 2016b).

Como já salientado, a Turquia compartilha com a Rússia o condomínio sobre o Mar Negro, percebida por ambas como área estratégica que deve ser mantida livre da presença permanente de forças militares não pertencentes aos Estados da região (DELANOË, 2014c). Neste sentido, Ancara tem mantido relações favoráveis com a Rússia, buscando assegurar uma divisão e certo equilíbrio regional de forças, dado que recentemente a política externa turca tem se voltado mais para a fronteira meridional e o Oriente Médio (BUGAJSKI; DORAN, 2016a). No que se refere às iniciativas regionais, Ancara tem liderado mecanismos de segurança marítima no Mar Negro, ao mesmo tempo em que busca incluir a Rússia em cada uma destas iniciativas²⁶ e

²⁶ Delanoë (2014b, p. 44, tradução nossa) destaca duas iniciativas turcas: “a *task force* naval BlackSeaFor, ativada pela primeira vez em 2001, e que contribui no desenvolvimento de uma cooperação naval entre os Estados do Mar Negro, depois em 2004, a operação Black Sea Harmony, durante a operação Active Endeavour da OTAN no Mar Negro”.

se opõe a um envolvimento substancial da OTAN na região (BUGAJSKI; DORAN, 2016b; DELANOË, 2014c; EUROPEAN PARLIAMENT, 2017). A Turquia desta maneira tem permitido a reemergência da Rússia em termos de capacidades navais no Mar Negro, contanto que não interfira em seus interesses nacionais, ao mesmo tempo em que busca manter o *status quo* regional e boas relações com o Ocidente (DELANOË, 2014c).

Outro Estado da região e membro da OTAN, a Bulgária tem praticado uma política externa por vezes ambígua e reservada em relação ao Mar Negro, nos marcos da disputa entre a OTAN e a Rússia (PÉTINIAUD, 2017). Devido aos laços econômicos existentes entre Sofia e Moscou, referente à importação de gás russo, a Bulgária tem buscado manter boas relações com Moscou e não interferir diretamente em seus interesses regionais (BUGAJSKI; DORAN, 2016b; DELANOË, 2014c). Neste sentido, o governo búlgaro tem se mostrado resistente a uma maior presença militar da OTAN no Mar Negro, apesar de participar de iniciativas conjuntas com a Romênia e a Turquia na região visando aumentar sua segurança relativa (EUROPEAN PARLIAMENT, 2017). Por outro lado, a Romênia tem sido o principal membro da OTAN na região a defender um maior envolvimento militar da aliança que seja capaz de satisfazer suas percepções de insegurança (DELANOË, 2014c). Bucareste tem motivos para temer a crescente assertividade da Rússia na região, dado que ambas estão diretamente envolvidas e em lados opostos no conflito da Transnístria, na Moldávia. Além disso, atualmente a Romênia não possui capacidades navais consideráveis, contando apenas com embarcações para defesa do litoral, o que tem motivado o país a aprofundar a cooperação com a OTAN para a modernização de suas capacidades militares (BUGAJSKI; DORAN, 2016b). Neste contexto, desde as ações da Rússia na Crimeia e no Leste da Ucrânia, a Romênia tem incentivado novas iniciativas com os vizinhos aliados da OTAN para a formação de forças de ação rápida conjuntas, sediado no Quartel General da Divisão Multinacional Sudeste da OTAN desde julho de 2016 (RINGSMOSE; RYNNING, 2017).

As iniciativas romenas estão alinhadas com as últimas decisões tomadas pela OTAN na Cimeira de Varsóvia (2016) e na Cimeira de Bruxelas (2018), onde a fronteira oriental da Aliança recebeu destaque, em paralelo com a situação da Ucrânia e do Mar Negro (NATO, 2016; 2018). Na percepção da OTAN, as atitudes tomadas por Moscou desde 2014 tornam necessário um maior engajamento militar para conter a projeção russa na região que havia sido relegada à segundo plano pela aliança atlântica até a Crise Ucraniana (BUGAJSKI; DORAN, 2016a). Por

esta razão, a partir de 2014, forças navais da OTAN têm estado permanentemente presentes no Mar Negro, inclusive participando de exercícios militares conjuntos com a Romênia, Bulgária, Turquia, além dos EUA, Reino Unido, Grécia e Itália (CROSS, 2015). Contudo, a presença militar destas forças é condicionada pela Convenção de Montreux (1936), a qual limita em 21 dias a permanência de embarcações de Estados não pertencentes ao Mar Negro, além de proibir o acesso de porta-aviões e submarinos estrangeiros (BUGAJSKI; DORAN, 2016a). Assim, dado que a Convenção de Montreux assegura o controle turco dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos, a Turquia adquire importância estratégica nas dinâmicas do Mar Negro e na projeção de forças como membro da OTAN.

A partir destas limitações, a OTAN tem procurado fortalecer as capacidades militares na região através da cooperação técnica e militar com aliados localizados no Mar Negro, como a Bulgária e a Romênia, que apesar de não possuírem capacidades consideráveis, possuem a vantagem de não se enquadrar nas restrições da Convenção de Montreux (BUGAJSKI; DORAN, 2016b). Planos para a formação de uma marinha e de uma brigada multinacional conjuntas foram propostos como opções de resposta rápida em caso de uma agressão por parte da Rússia em algum dos membros da aliança (BUGAJSKI; DORAN, 2016b; RINGSMOSE; RYNNING, 2017). Conforme salientado por Ringsmose e Rynning (2017), a Cimeira de Varsóvia em 2016 representou um grande avanço no processo de adaptação das estruturas da OTAN com o objetivo de adotar uma estratégia de dissuasão coordenada vis-à-vis a assertividade Russa. Tais adaptações estiveram voltadas à fronteira Leste da instituição militar, do Mar Báltico ao Mar Negro, e têm envolvido a reorganização de estruturas de comando militar e a coordenação operacional entre tropas rotativas dos Estados-membros (RINGSMOSE; RYNNING, 2017).

Na esteira destas iniciativas, as lideranças da OTAN têm estreitado as relações com a Ucrânia e também com a Geórgia através do treinamento e capacitação das forças militares nacionais destes Estados (PÉTINIAUD, 2017). Após a Crise Ucraniana, Kiev e Tbilisi voltaram a demonstrar interesse em ingressar nas instituições euro-atlânticas, inclusive participando das principais reuniões como parceiros estratégicos. Na Cimeira de Varsóvia de 2016, por exemplo, foi lançado o Pacote de Assistência Compreensiva OTAN-Ucrânia para a construção de capacidades adequadas para a segurança ucraniana, capazes de fortalecer a resiliência do país contra ameaças, inclusive aquelas não convencionais, como ocorrido nas regiões separatistas do Leste (NATO, 2016). Neste sentido, a Geórgia já apresenta relações mais profundas com a

OTAN através da Comissão OTAN-Geórgia e de programas de cooperação militar, como a Iniciativa de Construção de Capacidade de Defesa, o Pacote Substancial OTAN-Geórgia, e o Centro Conjunto de Avaliação e Treinamento (NATO, 2018). Este amplo leque de programas de cooperação busca reforçar a presença militar da OTAN e balancear a projeção de poder da Rússia no Mar Negro através do desenvolvimento e da capacitação de forças militares nacionais, inclusive de países terceiros que não fazem parte da aliança, como é o caso da Ucrânia e da Geórgia (CROSS, 2015).

A partir da conjuntura apresentada, torna-se claro que a OTAN e a UE buscam impedir a projeção de poder da Rússia na região do Mar Negro. Devido ao fato de relegarem a região para segundo plano após o fim da Guerra Fria, as instituições euro-atlânticas buscam atualmente se posicionar de forma contundente através de iniciativas de cooperação militar com os países da região. Neste contexto, a Ucrânia e a Geórgia recebem destaque como Estados disputados entre a Rússia e o Ocidente, sendo capazes de exercer suas respectivas políticas externas a partir de objetivos regionais mais amplos, para a região do Mar Negro. Apesar de resistências internas acerca de futuros avanços em direção ao Leste, parcerias indiretas com os Estados da região demonstram que o Mar Negro se torna progressivamente uma arena importante para as instituições euro-atlânticas, e ponto de atrito entre o projeto da potência euroasiática e do bloco ocidental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou de que maneira as percepções russas em relação ao Ocidente interferiram na mudança da política externa da Rússia para a região do Mar Negro, e como a Crise Ucraniana de 2014 se insere neste processo. Constatou-se que a maior assertividade da Rússia na região do Mar Negro foi o resultado da mudança nas relações intersubjetivas entre Moscou e o Ocidente, representado pelas instituições euro-atlânticas (OTAN e União Europeia). De fato, o avanço euro-atlântico em direção aos países do antigo espaço soviético impôs constrangimentos aos interesses russos na região do Mar Negro, considerada como espaço natural de influência russa, desencadeando enfim a Crise Ucraniana de 2014, ponto de inflexão nas relações do continente. Como consequência, os desdobramentos na Ucrânia e a assertividade da Rússia resultaram no recrudescimento da presença militar da OTAN no flanco oriental da aliança e um maior envolvimento no Mar Negro, região até então relegada ao segundo plano pela instituição. Assim, as mudanças regionais configuram o Mar Negro como uma das principais áreas de confrontação entre os interesses políticos, econômicos e militares da Rússia e das instituições euro-atlânticas.

Em um primeiro momento, constatou-se que as relações e percepções entre a Rússia e o Ocidente, ao longo dos anos posteriores ao final da Guerra Fria, levaram ao ajustamento das bases da política externa russa em direção a uma maior assertividade. A progressiva deterioração nas relações entre Moscou e os Estados ocidentais, sobretudo com Washington, resultou no estabelecimento de fases delimitadas na política externa russa, partindo da euforia neoliberal do início dos anos 1990, até a atual assertividade da política externa russa. O que se mostra evidente é a importância do Ocidente, enquanto conceito político, econômico, social e identitário, como referencial para a atuação internacional da Rússia, conjuntamente com considerações no nível sistêmico. A deterioração das relações deveu-se ao não reconhecimento da Rússia como parte integrante da identidade ocidental, ou como ator em posição de igualdade na ordem mundial, com interesses tão legítimos quanto os dos países ocidentais. Este distanciamento intersubjetivo foi acelerado, sobretudo pelo próprio avanço das instituições euro-atlânticas (UE e OTAN) à revelia dos interesses e protestos de Moscou.

Comprovou-se em seguida a centralidade da Ucrânia como peça-chave na disputa em andamento no continente, disputa esta relacionada à preponderância regional entre a Rússia e as

instituições euro-atlânticas. Mais que uma questão geopolítica, compreendeu-se que a Ucrânia adquire importância na política externa russa devido aos laços históricos e identitários que a ligam à Rússia desde muitos séculos. A própria consolidação da Rússia como um polo de poder importante no sistema internacional depende em grande medida das relações com a Ucrânia, e mais do que isto, é parte necessária para a percepção que tem de si mesma como líder de uma civilização distinta, no interior de um “Mundo Russo”. Perder a subserviência de Kiev seria um retrocesso sensível na condição russa como potência regional dominante. Devido a sua localização entre duas esferas de influência, a Ucrânia se encontra dividida internamente entre duas identidades distintas que afetam em última instância a orientação da política externa do país. Assim, reconheceu-se que as oscilações nos alinhamentos internacionais de Kiev resultam justamente da ausência de uma identidade nacional acabada pós-independência, sendo a Revolução Laranja e a Crise Ucraniana ilustrações desta difícil situação.

A Crise Ucraniana de 2014 nos leva ao terceiro ponto acerca da assertividade da política externa da Rússia face ao avanço das instituições euro-atlânticas no Mar Negro. De fato, verificou-se que a atuação russa em relação à Ucrânia em 2014 correspondeu a um ponto de inflexão nas relações continentais entre a Rússia e o Ocidente, devido à importância estratégica da Ucrânia. No entanto, apesar da surpresa de muitos analistas após a incorporação da Crimeia pela Rússia, constatou-se que as ações russas estiveram alinhadas com a tendência de política externa aplicada pelo país na região do Mar Negro. Esta política externa está fundamentada na instrumentalização de conflitos congelados e de pressões políticas, econômicas e militares nos Estados vizinhos para a manutenção da preponderância regional russa. A nova assertividade da Rússia, contudo, foi acelerada pelo avanço das instituições euro-atlânticas que, ao não considerarem os interesses e os protestos da Rússia em relação às progressivas expansões, tornaram a situação instável e conflitiva até alcançarem o atual estado de relações que estabelecem novas linhas de confrontação de interesses. A intensificação da presença militar de ambos os lados desta disputa, como tem demonstrado as últimas decisões tanto da OTAN, quanto da Rússia, representam a cristalização da lógica de competição de soma-zero, a qual resulta em instabilidade e insegurança ainda maiores entre os Estados do Mar Negro.

A partir dos resultados apresentados acima, considera-se alcançado o objetivo geral deste trabalho, o qual buscou responder o questionamento central acerca das relações entre a Rússia e as instituições ocidentais na região do Mar Negro. O conjunto formado pelas conclusões acima

demonstra a amplitude e a importância do debate em torno do tema aqui apresentado. Ademais, a contribuição do presente trabalho reside no fato de que se torna cada vez mais necessário o debate acerca das relações entre a Rússia e o Ocidente na ordem mundial atual. Devido aos acontecimentos dos últimos anos, que posicionam a Rússia e as potências ocidentais em lados opostos – sobretudo na Ucrânia e na Síria –, constatou-se que as dinâmicas políticas e militares no continente europeu dependem de uma maneira ou de outra da integração de Moscou como um dos pilares da Europa. Neste sentido, cabe o reconhecimento pelas potências ocidentais e pelas instituições euro-atlânticas dos interesses e dos laços identitários que ligam a Rússia às repúblicas do antigo espaço soviético. Conforme este trabalho demonstrou, as ligações entre a Rússia e os Estados vizinhos extrapolam o simples cálculo estratégico, ao considerar fatores de natureza identitária e histórica, que formam em última instância a própria percepção da Rússia acerca de si mesma e de sua posição no sistema internacional.

Neste mesmo sentido, as teorias do construtivismo convencional e do neorrealismo utilizadas durante o presente trabalho demonstraram as complexidades e as múltiplas facetas da atual disputa entre a Rússia e o Ocidente. Apesar de privilegiarem cada qual um determinado aspecto da questão – seja capacidades relativas, seja a identidade –, a utilização das duas teorias foi parte de um esforço acadêmico de conciliar as contribuições produzidas por cada abordagem teórica com o objetivo último de compreender a maior parcela do fenômeno, de modo que complementem mutuamente as limitações existentes em cada uma delas. Desta maneira, constatou-se que as análises construtivistas e neorrealistas, sobretudo, foram parte importante no decorrer deste trabalho, tornando possível um entendimento mais amplo e completo sobre o tema, e forneceram conhecimentos necessários para a construção de uma solução em torno das tensões entre a Rússia e as instituições euro-atlânticas no Mar Negro.

Os acontecimentos na Crise Ucraniana de 2014 e o progressivo acirramento das posições na região do Mar Negro, tanto russas quanto ocidentais, demonstram a urgência de uma cooperação entre Moscou e Bruxelas, como atores em posição de igualdade, com o objetivo de construir uma ordem estável entre os países do continente europeu. Apesar de interesses e concepções políticas divergentes, tanto a Rússia quanto as instituições euro-atlânticas compartilham do mesmo ambiente estratégico, o que logicamente requer que uma arquitetura securitária conjunta seja construída, ao mesmo tempo em que evita o distanciamento ou o isolamento de um dos agentes neste processo. O atual estágio de isolamento diplomático em que

se encontra Moscou, após as represálias ocidentais pelas ações na Ucrânia, tem como consequência a intensificação da nova política externa da Rússia, de caráter nacionalista e assertivo, e age em prejuízo de uma coordenação conjunta para a resolução de pontos de tensão existentes. A reparação das relações, por outro lado, poderia favorecer uma sinergia em questões de interesse mútuo e que beneficiasse a ambos os lados, como o combate ao terrorismo islâmico e a resolução da instabilidade no Oriente Médio e Norte da África.

Portanto, devido ao maior interesse por acadêmicos nas dinâmicas entre OTAN e Rússia no Mar Báltico, cabe como sugestão deste trabalho uma análise mais profunda acerca da região do Mar Negro e as dinâmicas regionais estabelecidas entre os Estados. Dado que no imediato pós-Guerra Fria o Mar Negro foi relegado a segundo plano pelas instituições euro-atlânticas, com os acontecimentos recentes, analistas têm se debruçado sobre a região com maior interesse, o que deve ser mantido e aprofundado. A posição geoestratégica do Mar Negro, como conector político, militar e econômico entre os continentes, torna-o importante para analisar outras regiões adjacentes, como os Balcãs, o Cáucaso e principalmente o Oriente Médio. Uma vez que estas regiões têm sido caracterizadas por instabilidades políticas, uma compreensão mais profunda favoreceria a construção de um entorno mais estável que minimizasse as ameaças em termos de segurança tanto para os membros da UE e OTAN, quanto para a própria Rússia. Desta maneira, futuras pesquisas relacionadas ao Mar Negro e suas conexões seriam benéficas para a estabilidade regional.

REFERÊNCIAS

ADAM, Gabriel Pessin. **As Relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus e o papel que nelas exercem os Recursos Energéticos**. [2008]. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14392/000655166.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____. A Federação Russa: metamorfoses de uma potência. In: VISENTINI et al. **Brics: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 39-75.

ALEXANDROVA-ARBATOVA, Nadia. Security relations in the Black Sea region: Russia and the West after the Ukrainian crisis. **Southeast European and Black Sea Studies**, Athens, v.15, n. 2, p. 129-139, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14683857.2015.1060015?journalCode=fbss20>>. Acesso em: 17 out. 2018.

ALLISON, Roy. Russian “deniable” intervention in Ukraine: how and why Russia broke the rules. **International Affairs**, Oxford, v. 90, n. 6, p. 1255-1297, 2014. Disponível em: <http://commonweb.unifr.ch/artsdean/pub/gestens/f/as/files/4760/39349_202339.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

ASMUS, Ronald. **The Little War that Shook the World: Georgia, Russia, and the Future of the West**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

BESEMERES, John. Ukraine: Time to cut a deal? In: BESEMERES, John. **A Difficult Neighborhood: Essays on Russia and East-Central Europe since World War II**. Canberra: ANU Press, 2016. p. 335-353. Disponível em: <<http://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n2065/pdf/ch26.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2018.

BOLTENKOV, Dmitry et al. **Russia’s New Army**. Moscow: Centre for Analysis of Strategies and Technologies, 2011. Disponível em: <http://www.cast.ru/files/book/NewArmy_sm.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

BUGAJSKI, Janusz; DORAN, Peter B. **Black Sea Rising: Russia’s Strategy in Southeast Europe**. Washington, DC: Center for European Policy Analysis, Feb. 2016a. Disponível em: <<https://www.cepa.org/black-sea-power>>. Acesso em: 19 out. 2018.

_____. **Black Sea Defended: NATO Responses to Russia’s Black Sea Offensive** Washington, DC: **Center for European Policy Analysis**, July 2016b. Disponível em: <<https://www.cepa.org/black-sea-defended>>. Acesso em: 19 out. 2018.

CHARAP, Samuel; TROITSKIY, Mikhail. Russia, the West and the Integration Dilemma. **Survival**, London, v. 55, n. 6, p. 49–62, 2013. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396338.2013.862935>>. Acesso em: 15 set. 2018.

CROSS, S. NATO–Russia security challenges in the aftermath of Ukraine conflict: managing Black Sea security and beyond. **Southeast European and Black Sea Studies**, Athens, v. 15, n. 2, p. 151-177, 2015. . Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14683857.2015.1060017>>. Acesso em: 30 set. 2018.

DELANOË, Igor. La Crimée, un bastion stratégique sur le flanc méridional de la Russie. **Fondation pour la Recherche Stratégique**, Paris, 19 nov. 2014a. Disponível em: <<https://www.frstrategie.org/publications/notes/web/documents/2014/201414.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. Les enjeux de la crise ukrainienne en mer Noire. **Revue Internationale et Stratégique**, Paris, v. 96, n. 4, p. 38-47, 2014b. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-internationale-et-strategique-2014-4-p-38.htm>>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. After the Crimean crisis: towards a greater Russian maritime power in the Black Sea. **Southeast European and Black Sea Studies**, Athens, v. 14, n. 3, p. 367-382, 2014c. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14683857.2014.944386?journalCode=fbss20>>. Acesso em: 18 out. 2018.

DUNN, Elizabeth C.; BIBICK, Michael S. The empire strikes back: War without war and occupation without occupation in the Russian sphere of influence. **American Ethnologist**, Arlington, v. 41, n. 3, p. 405-413, 2014. Disponível em: <<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/amet.12086>>. Acesso em: 17 out. 2018.

EUROPEAN COMMISSION. Commission of the European Communities. **Communication from the Commission to the Council and the European Parliament: Black Sea synergy: A new regional cooperation initiative**. Brussels, 2007. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/archives/docs/enp/pdf/pdf/com07_160_en.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

EUROPEAN UNION – EU. **European Neighbourhood Policy**. Brussels, 2016. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/330/european-neighbourhood-policy-enp_en>. Acesso em: 01 nov. 2018.

GERRITS, Andre W. M.; BADER, Max. Russian patronage over Abkhazia and South Ossetia: implications for conflict resolution. **East European Politics**, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 297-313, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21599165.2016.1166104>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

GÖTZ, Elias. Neorealism and Russia's Ukraine policy, 1991-present. **Contemporary Politics**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 301-323, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13569775.2016.1201312?journalCode=ccpo20>>. Acesso em: 19 set. 2018.

HANSEN, Flemming S. Russia's relations with the West: ontological security through conflict. **Contemporary Politics**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 1-17, 2016.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, Chicago, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2539267>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. Identity, Legitimacy, and the Use of Military Force: Russia's Great Power Identities and Military Intervention in Abkhazia. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 31, Force and Legitimacy in World Politics, p. 225-243, Dec. 2005. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40072157>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. "Crimea is ours": a discursive history. **International Relations**, [S.l.] , v. 30, n. 2, 227-255, 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0047117816645646?journalCode=ireb>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

JEPPERSON, R. L.; WENDT, A.; KATZENSTEIN, P. J. Norms, Identity, and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, P. J. **The Culture of National Security**: norms and identity in world politics. New York: Columbia University Press, 1996. p. 33-75.

KALB, Marvin. **Putin's Muslim Nightmare**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2015/11/02/putins-muslim-nightmare-syria-assad-iran/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

KUZIO, Taras. History, Memory and National Building in the Post-Soviet Colonial Space. **Nationalities Papers**, London, v. 30, n. 2, p. 241-264, 2002. Disponível em: <http://www.taraskuzio.com/Nation%20and%20State%20Building_files/national-colonial.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. Ukraine's relations with the West since the Orange Revolution. **European Security**, London, v. 21, n. 3, p. 395-413, 2012. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09662839.2012.655272>>. Acesso em: 03 out. 2018.

LARUELLE, Marlene. Russia as a "Divided Nation", from Compatriots to Crimea: A Contribution to the Discussion on Nationalism and Foreign Policy. **Problems of Post-Communism**, New York, v. 62, p. 88-97, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10758216.2015.1010902?journalCode=mppc20>>. Acesso em: 17 out. 2018.

LARRABEE, F. Stephen. Russia, Ukraine, and Central Europe: the return of geopolitics. **Journal of International Affairs**, New York, v. 63, n. 2, p. 33-52, 2010.

LARRABEE, F. Stephen; WILSON, Peter A.; GORDON, John. The Geopolitical Roots and Dynamics of the Ukrainian Crisis. In: LARRABEE, F. Stephen; WILSON, Peter A.; GORDON, John. **The Ukrainian Crisis and European Security**: Implications for the United States and U.S. Army. Santa Monica: RAND Corporation, 2015. p. 3-15.

LIEVEN, Anatol. **Ukraine and Russia: A Fraternal Rivalry**. Washington: United States Institute for Peace, 1999.

_____. **Empire: The Russian Empire and Its Rivals**. New Haven: Yale University Press, 2002.

LIMONIER, Kevin. La flotte russe de mer Noire à Sébastopol: une “forteresse imperial” au sud?. **Hérodote**, Paris, n. 138, p. 66-78, 2010. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-herodote-2010-3-p-66.htm>>. Acesso em: 20 out. 2018.

MANKOFF, Jeffrey. **Russian foreign policy: the return of great power politics**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

MEARSHEIMER, J. Why the Ukraine Crisis Is the West’s Fault: the liberal delusions that provoked Putin. **Foreign Affairs**, New York, v. 93, n. 5, 2014. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>>. Acesso em: 25 out. 2018.

MENON, Rajan; RUMER, Eugene. **Conflict in Ukraine: the unwinding of the post-Cold War order**. Cambridge: The MIT Press, 2015.

MERRY, E Wayne. The Origins of Russia’s War in Ukraine: The Clash of Russian and European “Civilizational Choices” for Ukraine. In: WOOD, Elizabeth A.; POMERANZ, William E.; MERRY, E. Wayne; TRUDOLYUBOV, Maxim. **Roots of Russia’s war in Ukraine**. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press; New York: Columbia University Press, 2015.

MONGRENIER, Jean-Sylvestre. Poutine et la mer. Forteresse “Eurasie” et stratégie océanique mondiale. **Hérodote**, Paris, v. 2016/4, n. 163, p. 61-85, 2016. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-herodote-2016-4-page-61.htm>>. Acesso em: 17 out. 2018.

NIKOLSKY, Aleksey. Russian Naval Presence in the Eastern Mediterranean and the Problem of Projected Naval Basing. **Moscow Defense Brief**, Moscow, v. 5, n. 67, 2018. Disponível em: <<https://mdb.cast.ru/mdb/2-2014/item1/article2/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **NATO Warsaw Summit Declaration**. Warsaw, 2016. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/su/natohq/official_texts_133169.htm>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **NATO Brussels Summit Communiqué**. Brussels, 2018. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_156624.htm>. Acesso em: 30 out. 2018.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Facing Russia's strategic challenge**: Security developments from the Baltic Sea to the Black Sea. Brussels, 2017. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EXPO_STU\(2017\)603853](http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EXPO_STU(2017)603853)>. Acesso em: 20 set. 2018.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às Relações Internacionais**: temas, atores e visões. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PÉTINIAUD, Louis. Du “lac russe” au “lac OTAN”? Enjeux géostratégiques en mer Noire post-Crimée. **Hérodote**, Paris, v. 166/167, p. 217-228, 2017. Disponível em: <https://www.herodote.org/IMG/pdf/pe_tiniaud.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

PUTIN, Vladimir. **Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation**. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2005. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>>. Acesso em 25 out. 2018.

_____. **Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy**. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2007. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

_____. **Address by President of the Russian Federation**. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2014a. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/20603>>. Acesso em 25 out. 2018.

_____. **Presidential Address to the Federal Assembly**. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2014b. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/messages/47173>>. Acesso em: 25 out. 2018.

RINGSMOSE, Jens; RYNNING, Sten. Now for the Hard Part: NATO's Strategic Adaptation to Russia. **Survival**, London, v. 59, n. 3, p. 129-146, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396338.2017.1325603>>. Acesso em: 27 out. 2018.

RUSSIAN FEDERATION. **Foreign Policy Concept of the Russian Federation**: (approved by President of the Russian Federation Vladimir Putin on November 30, 2016). Moscow, 2016. Disponível em: <http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptlCk6BZ29/content/id/2542248>. Acesso em: 25 out. 2018.

SANDERS, Deborah. Between Rhetoric and Reality: The Decline of Russian Maritime Power in the Black Sea. **Mediterranean Quarterly**, Durham, v. 23, n. 4, p. 43–68, 2012. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/mediterranean-quarterly/article-abstract/23/4/43/1831/Between-Rhetoric-and-Reality-The-Dcline-of?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

SAKWA, Richard. **Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands**. New York: I. B. Tauris & Company, 2016.

SOCOR, Vladimir. **The Frozen Conflicts: A Challenge to Euro-Atlantic Interests** (Report prepared by the German Marshall Fund of the United States, on the occasion of the NATO Summit 2004). Washington, DC, 2004.

STEPANOVA, Ekaterina. Russia and Conflicts in the Middle East: Regionalisation and Implications for the West. **The International Spectator**, Roma, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03932729.2018.1507135>>. Acesso em: 7 nov. 2018.

SUBTELNY, Orest. **Ukraine: a history**. 2 ed. Toronto: University of Toronto Press, 1994.

SUSLOV, Mikhail. “Russian World” Concept: Post-Soviet Geopolitical Ideology and the Logic of “Spheres of Influence”. **Geopolitics**, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 330-353, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650045.2017.1407921?journalCode=fgeo20>>. Acesso em: 23 set. 2018.

TODD, Emmanuel. **Depois do império**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOLSTOI, Leon. **Sebastopol**. São Paulo: Martins, 1944.

TOUCAS, Boris. NATO and Russia in the Black Sea: A New Confrontation?. **CSIS**, Washington, DC, 6 Mar. 2017a. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/nato-and-russia-black-sea-new-confrontation>>. Acesso em 25 out. 2018.

_____. Russia’s Design in The Black Sea: Extending the Buffer Zone. **CSIS**, Washington, DC, 28 June 2017b. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/russias-design-black-sea-extending-buffer-zone>>. Acesso em 25 out. 2018.

TSYGANKOV, Andrei. Finding a Civilisational Idea: “West,” Eurasia,” and “Euro-East” in Russia’s Foreign Policy. **Geopolitics**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 375-399, 2007. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650040701305617>>. Acesso em: 03 set. 2018.

_____. Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy. **Post-Soviet Affairs**, [S.l.], v. 31, n. 4, p. 279-303, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1060586X.2015.1005903?journalCode=rpsa20>>. Acesso em: 03 set. 2018.

_____. **Russia’s foreign policy: change and continuity in national identity**. 4 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

TUDOROIU, Theodor. The European Union, Russia, and the Future of the Transnistrian Frozen Conflict. **East European Politics and Societies**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 135-161, 2012. Disponível

em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0888325411404885>>. Acesso em: 20 out. 2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Século XXI**: impasses e conflitos. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017.

WILSON, Andrew. **The Ukrainians Unexpected Nation**. New Haven: Yale Nota Bene, 2002.

_____. **Ukraine's Orange Revolution**. London: Yale University Press, 2005.

WOOD, Elizabeth A. Introduction. In: WOOD, Elizabeth A. et al. **Roots of Russia's war in Ukraine**. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press; New York: Columbia University Press, 2015. p. 1-25.